

AMOSTRA

Ministério Público do Estado de Goiás

MPGO



memoriza.ai



FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DO MPMGO!

Seja muito bem - vindo!

VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muito tempo!**

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

Oiii! Boa tarde!

Ana Luiza



Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSE RH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.


Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:

 contato@memorizaai.com.br

OU

 [clique aqui](#) para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

[clique aqui e saiba como](#)

ENÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **4 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO

UM MATERIAL QUE ENSINA A ORGANIZAR SUA JORNADA DE ESTUDO, DO COMEÇO AO FIM, DESDE A DECISÃO DE QUAL CARGO ESCOLHER ATÉ COMO ORGANIZAR SEUS ESTUDOS, CRONOGRAMAS E ESCOLHER AS FERRAMENTAS DE ESTUDO QUE VOCÊ UTILIZARÁ.



BÔNUS 2: GESTÃO DO TEMPO

O CONTEÚDO SERÁ MINISTRADO POR PÚBLIO ALVES, APROVADO NO TJ-SP, E SERÁ DISPONIBILIZADO EM VÍDEO AULAS, JUNTAMENTE COM MATERIAL DE APOIO E UMA PLANILHA MODELO PARA AJUDAR NA ORGANIZAÇÃO DA SUA ROTINA, AUMENTANDO EM ATÉ 10 VEZES A SUA PRODUTIVIDADE NOS ESTUDOS.



BÔNUS 3: COMO HACKEAR O EDITAL

SE VOCÊ TEM DIFICULDADE EM ENCONTRAR AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ANALISAR OS TÓPICOS MAIS COBRADOS DE UM EDITAL, APRENDERÁ TUDO ISSO NA PRÁTICA, DESVENDANDO TUDO O QUE PRECISA PARA EXTRAIR TODOS OS CÓDIGOS DE EDITAL.



BÔNUS 4: CRONOGRAMA 30 DIAS

ESTE CRONOGRAMA OFERECE UMA ESTRUTURA CLARA E PRÁTICA PARA OS 30 DIAS QUE ANTECEDEM SUA PROVA, PERMITINDO UMA ABORDAGEM ORGANIZADA E EFICIENTE DO ESTUDO. AO DIVIDIR O CONTEÚDO EM PARTES MANEJÁVEIS E DISTRIBUIR AS ATIVIDADES AO LONGO DO PERÍODO, VOCÊ PODERÁ FOCAR EM CADA TÓPICO COM MAIS PROFUNDIDADE E EVITAR A SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

[clique aqui para saber mais!](#)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

ANALISTA EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Ética no Serviço Público e Legislação Aplicada ao Ministério Público
- Noções de Informática
- Conhecimentos Específicos Analista em Engenharia Ambiental e Sanitária

ANALISTA EM EDUCAÇÃO

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Ética no Serviço Público e Legislação Aplicada ao Ministério Público
- Noções de Informática
- Conhecimentos Específicos Analista em Educação

Raciocínio Lógico

**VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL
QUE VOCÊ PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA
PONTUAÇÃO NESTA RETA FINAL!**

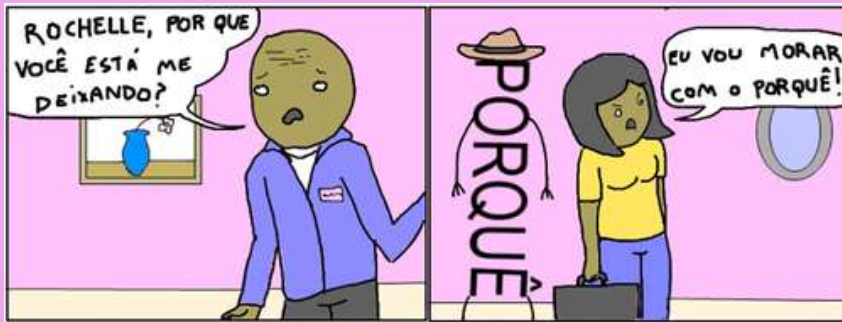
→ clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS GERAIS (TODOS OS CARGOS)

memoriza.

DICA

PONTO E VÍRGULA (;) I



O **ponto-e-vírgula** não teria a menor chance com a Rochelle; **ninguém sabe como empregá-lo!** 🤪

e então, como utilizamos?

SEPARAR ITENS EM UMA LISTA

O ponto e vírgula pode ser usado para **separar itens em uma lista quando esses itens já contêm vírgulas internas**. Isso ajuda a evitar a confusão entre as vírgulas usadas dentro dos itens da lista e as vírgulas que separam os próprios itens.

Por exemplo:

Na reunião, discutimos a agenda, que incluiu os seguintes tópicos: orçamento, planejamento estratégico; metas de vendas, marketing; e contratações.

faça anotações aqui!

DICA

ENCONTROS VOCÁLICOS

Encontros vocálicos são encontros de **vogais** ou **semivogais**, **sem consoantes intermediárias**. Eles acontecem na **mesma** ou em **outra sílaba**, sendo classificados em: **ditongo**, **tritongo** e **hiato**.

Isso quer dizer que quando vogais ou semivogais (sons vocálicos ditos com menos força) aparecem umas ao lado das outras numa palavra, acontece um **encontro vocálico**.

Importante: se houver uma **consoante entre as vogais**, não há encontro **vocálico**.

DITONGO

Nos ditongos, ocorre o **encontro de uma vogal com uma semivogal**, e quando fazemos a separação das suas sílabas, **as duas ficam na mesma sílaba**.

Exemplos: papai (pa-pai), oi (a palavra "oi" não se separa), sabão (sa-bão).

De acordo com a **posição da vogal e da semivogal**, os ditongos podem ser: **crescientes** ou **decrecientes**.

→ **Ditongos crescentes** são aqueles em que a **semivogal vem antes da vogal** (sv + v). **Exemplos:** igual (i-guai), quota (quo-ta), pátria (pá-tria).

→ **Ditongos decrescentes** são aqueles em que a **vogal vem antes da semivogal** (v + sv). **Exemplos:** meu (meu), herói (he-rói), cai (cai).

De acordo com a **pronúncia**, os ditongos podem ser **orais** ou **nasais**.

→ **Ditongos orais** são os pronunciados apenas pela boca. É o caso de ai, ia, iu, ui, eu, éu, ue, ei, éi, ie, oi, ói, io, au, ua, ao, oa, ou, uo, oe, eo, ea. **Exemplos:** mau (mau), sei (sei), viu (viu).

→ **Ditongos nasais** são os pronunciados pela boca e pelo nariz. É o caso de ão, ãe, õe, am, an, em, en, ãi, ui (ocorre apenas na palavra "muito"). **Exemplos:** mãe (mãe), sabão (sa-bão), muito (mui-to).

TRITONGO

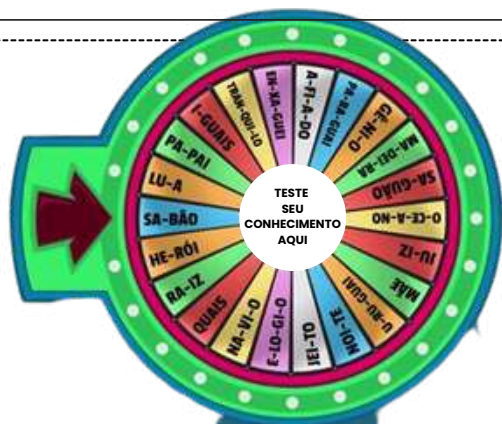
Nos tritongos, ocorre o **encontro semivogal, vogal e semivogal** (sempre nessa ordem), e quando fazemos a separação das suas sílabas, as três ficam na **mesma sílaba**.

Exemplos: iguais (i-guais), saguão (sa-guão), uruguaio (u-ru-guai-o).

HIATO

Nos hiatos, ocorre apenas o **encontro de vogais** (nunca de semivogais), e quando fazemos a separação das suas sílabas, cada vogal fica numa sílaba diferente.

Exemplos: álcool (ál-co-ol), navio (na-vi-o), saída (sa-í-da).



DICA

HIPÔNIMOS

Hipônimos são **palavras que têm um relacionamento de inclusão ou hierarquia com outras palavras**. Isso significa que um hipônimo é **uma palavra cujo significado está contido no significado de outra palavra mais geral**, chamada de hiperônimo.

Em outras palavras, um hipônimo é uma subcategoria ou subconjunto de um hiperônimo.



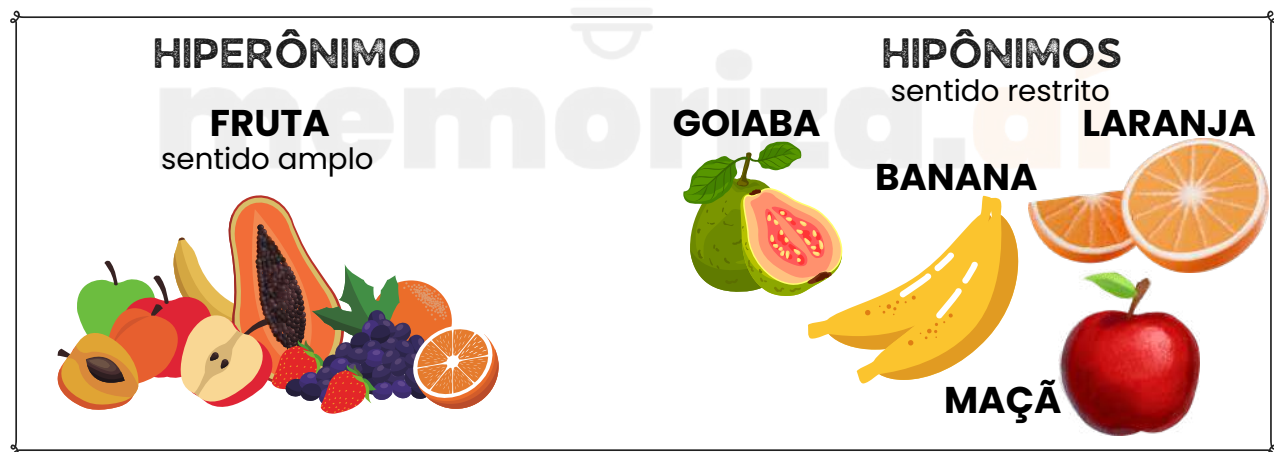
alguns exemplos:



Hiperônimo: Animal - Hipônimos: Cachorro, Gato, Cavalo, Pássaro;



Neste exemplo, **"animal"** é o **hiperônimo** que abrange diversas categorias de animais, e **"cachorro"**, **"gato"**, **"cavalo"** e **"pássaro"** são **hipônimos** que representam subcategorias específicas de animais.



Os hipônimos são uma maneira de organizar e classificar palavras com base em seus relacionamentos semânticos e podem ser úteis para entender como as palavras estão relacionadas e como se encaixam em categorias mais amplas.

DICA

PLURAL DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS

O plural dos substantivos compostos é feito mediante duas situações. Uma delas se refere à forma como ele é escrito.



Se o substantivo composto for **escrito sem hífen**, o plural é feito tal como os **substantivos simples**, muitas vezes acrescentando o **"s" no final**.

- **Exemplos:** claraboia(s), ferrovia(s), passatempo(s).



A outra situação que deve ser observada é como o **substantivo que escrito com hífen é formado** (por **verbo + substantivo**, por palavras unidas por **preposição**, por **palavras repetidas**, entre outros).

Nesses casos, algumas **regras** devem ser **observadas**.

REGRAS DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS COM HÍFEN

1

SUBSTANTIVO + SUBSTANTIVO QUE ESPECIFICA O PRIMEIRO

Apenas o **primeiro elemento** passa para o plural ou os **dois elementos** passam para o plural. Exemplos:

- caneta-tinteiro (canetas-tinteiro ou canetas-tinteiro)
- salário-família (salários-família ou salários-famílias)
- banana-prata (bananas-prata ou bananas-pratas)

2

PALAVRAS UNIDAS POR PREPOSIÇÃO

Apenas o **primeiro elemento** passa para o plural. Exemplos:

- estrela-do-mar (estrelas-do-mar)
- mula-sem-cabeça (mulas-sem-cabeça)
- peroba-do-campo (perobas-do-campo)

3

VERBO OU ADVÉRBIO + SUBSTANTIVO OU ADJETIVO

Apenas o **segundo elemento** passa para o plural. Exemplos:

- abaixo-assinado (abaixo-assinados)
- beija-flor (beija-flores)
- sempre-viva (sempre-vivas)

4

PALAVRAS REPETIDAS OU ONOMATOPEIAS

Apenas o **segundo elemento** passa para o plural. Exemplos:

- pingue-pongue (pingue-pongues)
- teco-teco (teco-tecos)
- tique-taque (tique-taques)

5

PALAVRA VARIÁVEL + PALAVRA VARIÁVEL

Os **dois elementos** passam para o plural. Lembrando que são **palavras variáveis substantivos, verbos, adjetivos, pronomes, artigos e numerais**. Exemplos:

- cota-parte (cotas-partes)
- mão-boba (mãos-bobas)
- segunda-feira (segundas-feiras)

DICA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL IV



MESÓCLISE

A **mesóclise** acontece quando o **pronome oblíquo** aparece no meio do verbo, **entrecortando** a **palavra**. O **pronome** **liga-se** ao verbo por meio do **hífen**. A mesóclise pode ocorrer se **duas condições** acontecerem:

- ✓ **Não** houver **justificativa para uso de próclise** (ou seja, não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo); e
- ✓ O **verbo estiver conjugado no tempo futuro do modo indicativo** (seja futuro do presente, seja futuro do pretérito).

Observe:

Informar-lhe-ei assim que possível.

Nesse caso, a forma verbal **"informarei"** está cortada ao meio pelo pronome **"lhe"**, sendo um **exemplo de mesóclise**. Isso ocorreu pois **não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo e porque a conjugação está no tempo futuro do presente do modo indicativo**.

→ **EXEMPLOS DE MESÓCLISE**

- **Consultar-lhe-ei** sobre esse assunto amanhã.
- **Dir-lhe-iam** as novidades se fosse possível.
- **Revelar-nos-ia** os segredos se pudesse.

A mesóclise praticamente **não existe** na linguagem oral e na linguagem escrita informal.

PORTANTO, SE HOUVER FATORES QUE EXIGEM TANTO A PRÓCLISE QUANTO A MESÓCLISE NA MESMA FRASE, A PRÓCLISE PREVALECERÁ.

→ **Mesóclise em locuções verbais**

O pronome tende a aparecer entrecortando o primeiro verbo (verbo auxiliar).

Verbo auxiliar + **pronome oblíquo** + verbo auxiliar + verbo principal

Ter-nos-iam informado sobre o resultado muito tempo antes, mas não foi possível.

DICA

EQUAÇÕES II



EQUAÇÃO DE SEGUNDO GRAU

EQUAÇÃO DE SEGUNDO GRAU

Uma equação de segundo grau é uma equação algébrica que pode ser escrita na forma geral:

$$ax^2 + bx + c = 0$$

- **Onde:** x é a variável (a incógnita que estamos tentando encontrar).
- **$a, b, e c$** são coeficientes constantes, com **a** sendo diferente de zero.

A solução de uma equação de segundo grau pode envolver até duas soluções diferentes para a variável x . Essas soluções podem ser números reais ou números complexos, dependendo do valor do discriminante (Δ), que é dado por:

$$\Delta = b^2 - 4ac$$

- **Se $\Delta > 0$,** a equação possui duas soluções distintas e reais para x .
- **Se $\Delta = 0$,** a equação possui uma única solução real para x .
- **Se $\Delta < 0$,** a equação possui duas soluções complexas (não reais) para x .

Para encontrar as soluções de uma equação de segundo grau, você pode usar a fórmula quadrática, que é:

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

- **Onde:** \pm indica que existem duas soluções, uma com o sinal positivo e outra com o sinal negativo.
- $\sqrt{\Delta}$ é a raiz quadrada do discriminante.

Por exemplo, para resolver a equação $x^2 - 4x + 3 = 0$, você pode calcular o discriminante primeiro:

$$\Delta = (-4)^2 - 4 \cdot 1 \cdot 3 = 16 - 12 = 4$$

Como $\Delta > 0$, a equação possui duas soluções reais. Você pode usar a fórmula quadrática para encontrar essas soluções:

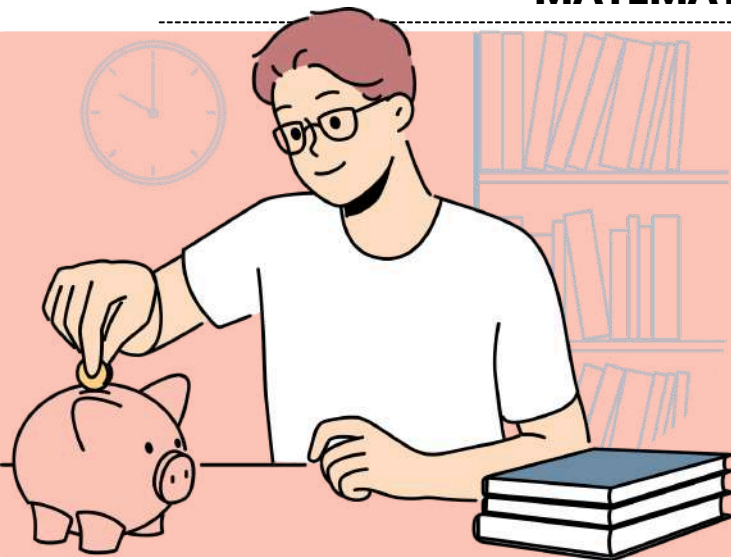
$$x = \frac{-(-4) \pm \sqrt{4}}{2 \cdot 1} = \frac{4 \pm 2}{2} = 2 \pm 1$$

Portanto, as soluções são $x=3$ e $x=1$.

DICA

MATEMÁTICA FINANCEIRA

JUROS COMPOSTOS



No cálculo de juros compostos, a **porcentagem de juros é aplicada não apenas ao valor principal, mas também aos juros acumulados ao longo do tempo**. Isso significa que os juros são calculados sobre o valor principal mais os juros acumulados em cada período.



Os juros compostos são chamados "compostos" porque **os juros ganhos em um período são adicionados ao principal para o próximo período**.

A FÓRMULA PARA CALCULAR JUROS COMPOSTO É:

$$M = C \cdot (1 + i)^t$$

Labels in the diagram:
- MONTANTE (points to M)
- CRÉDITO INICIAL (points to C)
- TAXA DE JUROS (points to i)
- POTÊNCIA DE TEMPO (points to t)

Onde:

- **M** é o montante total (incluindo o principal e os juros acumulados).
- **C** é o capital principal.
- **i** é a taxa de juros anual.
- **t** é o tempo em anos.

O montante é obtido somando o capital com o juro: **M = C + J**

⚠ A taxa (i) e o tempo (t) devem estar sempre na mesma unidade!

EXEMPLO DE JUROS COMPOSTO:

Um capital de R\$ 3.800,00 foi aplicado a juros de 3% ao trimestre durante um ano. Qual o valor final acumulado após esse período?

$$M = C(1 + i)^t$$

$$M = 3.800 \times (1 + 0,03)^4$$

$$M = 3.800 \times (1,03)^4$$

Calculando: $1,03^4$: $1,03^4 \approx 1,1255$

Agora multiplicamos: $M \approx 3.800 \times 1,1255$

$$M \approx 4.276,90$$

O valor final acumulado após um ano será aproximadamente **R\$ 4.276,90**. ✓

DICA

RACIOCÍNIO SEQUENCIAL

PROGRESSÃO GEOMÉTRICA
na prática



Ano: 2023 Banca: IBFC Órgão: IBGE

Assinale a alternativa que identifica corretamente o valor da razão de uma PG (Progressão Geométrica) em que o primeiro termo é 3 e o quinto termo é 243.

- a) 2,0
- b) 2,5
- c) 3,0
- d) 3,5

Gabarito: Letra C

Resolução:

A razão (q) de uma Progressão Geométrica (PG) pode ser encontrada usando a fórmula do termo geral: $a_n = a_1 \cdot q^{(n-1)}$

Dados do problema:

- Primeiro termo: $a_1 = 3$
- Quinto termo: $a_5 = 243$
- Número do termo: $n = 5$

Substituindo na fórmula: $243 = 3 \cdot q^{(5-1)}$

$$243 = 3 \cdot q^4$$

Dividindo ambos os lados por 3: $q^4 = \frac{243}{3}$

$$q^4 = 81$$

$$q = \sqrt[4]{81}$$

Agora, tiramos a raiz quarta de 81:

Sabemos que: $81 = 3^4$

Portanto: $q = 3$

Ano: 2022 Banca: Fundação La Salle Órgão: Prefeitura de Bento Gonçalves - RS

Qual o valor do termo a_{2022} , da progressão geométrica $(-3, 3, \dots)$?

- a) -3
- b) 3
- c) 12117
- d) 12129
- e) 12123

$$a_{2022} = -3 \cdot (-1)^{2022-1}$$

$$a_{2022} = -3 \cdot (-1)^{2021}$$

$$a_{2022} = -3 \cdot (-1)$$

$$a_{2022} = 3$$

Gabarito: Letra B

DICA CONTINGÊNCIA



Uma proposição contingente é uma **proposição composta na lógica proposicional que é verdadeira em algumas circunstâncias e falsa em outras**, ou seja, sua verdade ou falsidade **depende dos valores de verdade das proposições simples que a compõem**.

COMO FAÇO PARA RECONHECER UMA CONTINGÊNCIA?

Diferentemente de uma tautologia (sempre verdadeira) e de uma contradição (sempre falsa), uma proposição contingente não possui um valor de verdade fixo para todas as combinações possíveis de valores de verdade de suas proposições simples.

UM EXEMPLO SIMPLES DE PROPOSIÇÃO CONTINGENTE É A SEGUINTE:

"Está chovendo."

Essa proposição é contingente porque **pode ser verdadeira em alguns momentos (quando está realmente chovendo) e falsa em outros momentos (quando não está chovendo)**. A verdade ou falsidade da proposição depende da situação real.

vamos criar uma tabela verdade?

Por exemplo, considere a proposição composta " $P = (A \wedge B)$ ", onde \wedge representa a **conjunção (E)**:

A	B	$A \wedge B$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Neste caso, a proposição composta " $A \wedge B$ " é contingente, pois é verdadeira em algumas combinações de valores de verdade (primeira linha) e falsa em outras (três últimas linhas).

DICA

ANÁLISE COMBINATÓRIA IV



PERMUTAÇÕES

O problema das permutações é uma parte importante da Análise Combinatória e envolve o cálculo do número de anagramas ou rearranjos possíveis de uma palavra ou conjunto de elementos.

O QUE ISSO SIGNIFICA?



A permutação de uma palavra envolve todas as maneiras possíveis de rearranjar suas letras, de forma que cada rearranjo seja considerado um anagrama válido.

Por exemplo, considere a palavra "ABC".

Algumas das permutações possíveis incluem:

- ABC
- ACB
- BAC
- BCA
- CAB
- CBA

O número total de permutações de uma palavra de n letras é dado por $n!$ (fatorial de n), onde $n!$ representa o produto de todos os números inteiros de 1 a n .

Portanto, no exemplo acima, como a palavra tem 3 letras, existem $3!=6$ permutações possíveis.

Atenção

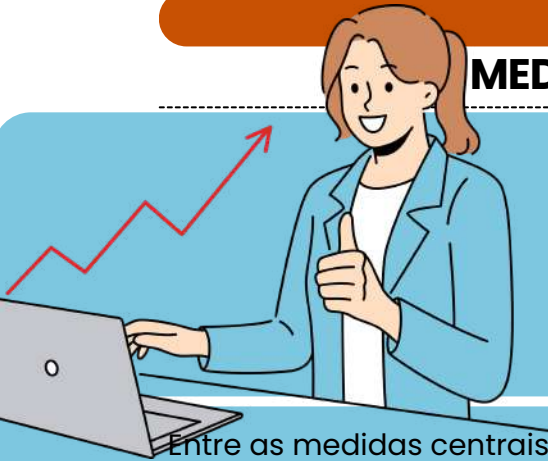
- O número fatorial $n!$ representa o produto de todos os números naturais de 1 a n . Isso pode ser expresso matematicamente como $(n-1) \cdot (n-2) \cdot \dots \cdot 2 \cdot 1$.

Por exemplo, $5!=5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1=120$.

- Um número fatorial contém todos os fatoriais de números naturais anteriores a ele. Por exemplo, $5!=5 \cdot 4!$, o que significa que $5!$ inclui $4!$ como parte de seu cálculo. Da mesma forma, $4!$ inclui $3!$, e assim por diante.

DICA

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL



MÉDIA PONDERADA

o que é isso?

Entre as medidas centrais, a mais utilizada é a média. Existem vários tipos de média, mas as mais comuns são a **média aritmética simples** e a **média aritmética ponderada**.

Na média aritmética ponderada, são atribuídos **pesos para cada um dos valores**. Quanto **maior for o peso**, maior será a **influência daquele determinado dado** no valor da média aritmética ponderada.

Para calcular a média aritmética ponderada, utilizamos a fórmula:

$$\bar{x} = \frac{p_1 \cdot x_1 + p_2 \cdot x_2 + p_3 \cdot x_3 + \dots + p_n \cdot x_n}{p_1 + p_2 + p_3 + \dots + p_n}$$

Para calcular a média ponderada, calculamos o **produto de cada valor por seu respectivo peso** e, depois, calculamos a soma entre esses produtos e dividimos pela soma dos pesos.

- ✓ $p_1, p_2, p_3, \dots, p_n \rightarrow$ Pesos
- ✓ $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n \rightarrow$ Valores do conjunto

EXEMPLO NA PRÁTICA:

Durante uma seleção de professores, a prova era dividida em algumas etapas, e cada uma delas tinha um peso. O candidato vencedor seria o que alcançasse maior nota. Vamos encontrar, então, o candidato que possui maior média.



- Prova de língua estrangeira \rightarrow **peso 1**
- Prova prática \rightarrow **peso 2**
- Prova específica da área \rightarrow **peso 3**
- Análise de currículo \rightarrow **peso 4**



OS CANDIDATOS ARMANDO E BELCHIOR TIVERAM AS SEGUINTES NOTAS:

CRITÉRIOS	AMANDO	BELCHIOR
LÍNGUA ESTRANGEIRA	10	6
PROVA PRÁTICA	9	7
PROVA ESPECÍFICA	8	8
ANÁLISE DE CURRÍCULO	7	10

Então, calcularemos as médias:

$$\bar{x}_A = \frac{1 \cdot 10 + 2 \cdot 9 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 7}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\bar{x}_A = \frac{10 + 18 + 24 + 28}{10}$$

$$\bar{x}_A = \frac{80}{10}$$

$$\bar{x}_A = 8,0$$

$$\bar{x}_B = \frac{1 \cdot 6 + 2 \cdot 7 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 10}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\bar{x}_B = \frac{6 + 14 + 24 + 40}{10}$$

$$\bar{x}_B = \frac{84}{10}$$

$$\bar{x}_B = 8,4$$

O CANDIDATO QUE POSSUI **MAIOR MÉDIA** É O BELCHIOR, LOGO ELE SERÁ CONTRATADO.





DICA

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS

ARQUIVOS



PRINCIPAIS TIPOS DE ARQUIVOS E EXTENSÕES



Categoria	Descrição	Extensões
Texto e Documentos	Arquivos de escrita e edição	.txt .docx .odt .pdf
Planilhas e Dados	Dados numéricos e tabelas	.xls .xlsx .csv
Imagens	Fotos e gráficos	.jpg .png .gif .bmp
Áudio	Sons e músicas	.mp3 .wav .aac
Programas e Executáveis	Filmes e gravações	.exe .msi .bat
Compactados	Agrupamento de arquivos	.zip .rar .7z

Dica prática:

Para exibir extensões ocultas no Windows →

➔ Explorador de Arquivos → Exibir → Mostrar → Extensões de nomes de arquivos.

Exemplo prático



Você recebe um arquivo chamado "musica.mp3".



➔ Pela extensão .mp3, o Windows sabe que é um **arquivo de áudio** e o abre automaticamente com o **reprodutor de mídia**.



Se fosse "musica.txt", seria aberto no Bloco de Notas.



Exemplo prático

Você baixa um arquivo chamado "planilha" (sem extensão).

➔ O ícone é uma **folha em branco**, e ao clicar, o Windows pergunta com qual programa abrir.

Se você renomear para "planilha.xls", o ícone muda automaticamente e o arquivo passa a abrir no leitor de planilha(excel).

XLS



ERROR

DICA NAVEGADORES



PRINCIPAIS NAVEGADORES

Um navegador web (ou web browser) é um software que permite **acessar, visualizar e interagir** com **informações da internet**.

Ele funciona como uma **ponte entre o usuário e a web**, interpretando os **códigos** (HTML, CSS, JavaScript) e transformando-os em **páginas visuais e interativas**.

⚙️ FUNÇÃO PRINCIPAL

- Interpretar códigos de páginas (HTML, CSS, JS).
- Exibir sites, imagens, vídeos e outros conteúdos.
- Permitir navegação entre páginas por meio de links (hiperlinks).
- Oferecer recursos como favoritos, histórico, abas e segurança.

🌐 O navegador atua como interface gráfica da internet – sem ele, o usuário não conseguiria acessar a Web.



COMO FUNCIONA A NAVEGAÇÃO

- O usuário digita um endereço (URL).
- O navegador envia uma requisição ao servidor do site.
- O servidor responde com os arquivos da página (HTML, CSS, JS).
- O navegador renderiza esses códigos → exibe o conteúdo visual.

Assim, tudo o que vemos – texto, imagem ou vídeo – é resultado dessa tradução automática feita pelo navegador.



🌈 Google Chrome

Rápido, seguro e com sincronização via conta Google.



🦊 Mozilla Firefox

Código aberto e foco em privacidade.



🌐 Microsoft Edge

Baseado no Chromium, integrado ao Windows.



🍏 Safari

Otimizado para dispositivos iOS e macOS



⚙️ Opera

Leve, com VPN gratuita e modo economia de dados.

DICA NAVEGADORES

COOKIES



Os cookies são **pequenos arquivos de texto que os sites armazenam no navegador do usuário enquanto ele navega na web.**

ONDE GERENCIAR COOKIES E DADOS

Caminho: Configurações → Privacidade e segurança → “Cookies e outros dados do site”.

Opções disponíveis:

- Permitir todos os cookies
- Bloquear cookies de terceiros (a opção mais equilibrada)
- Bloquear todos os cookies (pode afetar logins e carregamento de sites)

✦ **Apagar cookies e dados de navegação:** Configurações → Privacidade e segurança → “Limpar dados de navegação” → escolha período e tipo de dado (histórico, cookies, cache, senhas)



Os cookies são usados para melhorar a experiência do usuário, **lembrando preferências e mantendo sessões de login ativas.**



Eles também podem ser usados para **rastrear o comportamento de navegação dos usuários, coletando informações sobre as páginas visitadas, tempo gasto em cada página e produtos ou serviços visualizados.**



Além disso, também é utilizado para **personalizar o conteúdo com base nas informações coletadas, como recomendar produtos relacionados.** Manter o *conteúdo do carrinho de compras entre sessões em sites de comércio eletrônico.*

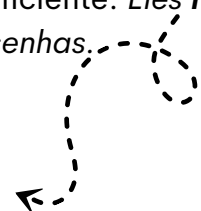


Identificar a origem do tráfego do usuário, como mecanismo de busca ou link de referência. E **exibir anúncios direcionados com base no comportamento de navegação do usuário.**

LEMBRE-SE!

Os cookies **não capturam dados do computador**, mas **coletam informações sobre a atividade no site**, como preferências de idioma, histórico de navegação e itens no carrinho de compras, para fornecer uma experiência personalizada e eficiente. *Eles não têm acesso a arquivos do computador, como documentos, fotos ou senhas.*

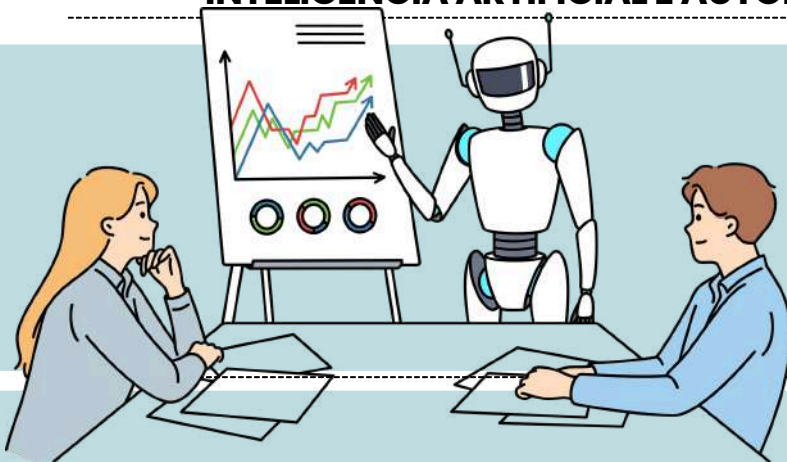
JÁ CAIU EM PROVA!



DICA

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS

AGENTES DE IA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



São softwares que **interagem** com o **ambiente**, coletam dados, tomam decisões e agem automaticamente. Exemplos mais usados na administração pública:

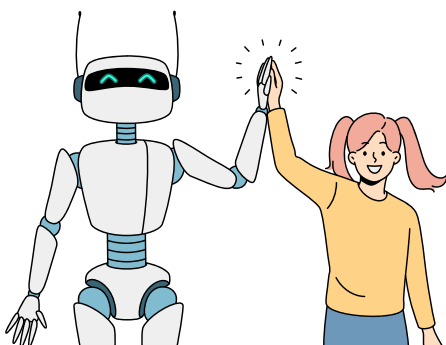
- **Chatbots** que atendem partes processuais
- Agentes que fazem **triagem** e **organizam** processos
- **Ferramentas** que **sugerem jurisprudência** ou **calculam prazos**

Esses agentes devem atuar sempre **sob supervisão humana**, principalmente quando podem afetar direitos fundamentais.

PRINCÍPIOS PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE IA

- **A composição das equipes deve garantir diversidade ampla:** gênero, raça, etnia, cor, orientação sexual, pessoas com deficiência, geração e outras características individuais.
- **A diversidade deve estar presente em todas as fases:** planejamento, coleta e processamento de dados, construção, validação e implantação dos modelos.
- Equipes devem ser **interdisciplinares**, envolvendo profissionais de TI e de outras áreas que possam contribuir cientificamente.
- A participação diversa só pode ser dispensada **se não houver profissionais disponíveis**.
- As vagas para **capacitação em IA** devem observar a diversidade sempre que possível.

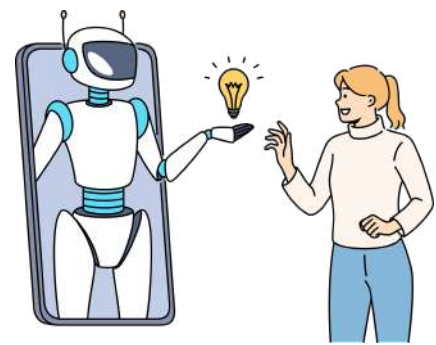
Condutas Vedadas em Estudos e Pesquisas de IA



DESRESPEITAR A DIGNIDADE OU LIBERDADE DE PESSOAS OU GRUPOS ENVOLVIDOS



PROMOVER ATIVIDADES QUE POSSAM CAUSAR RISCOS OU PREJUÍZOS ÀS PESSOAS OU À EQUIDADE DAS DECISÕES

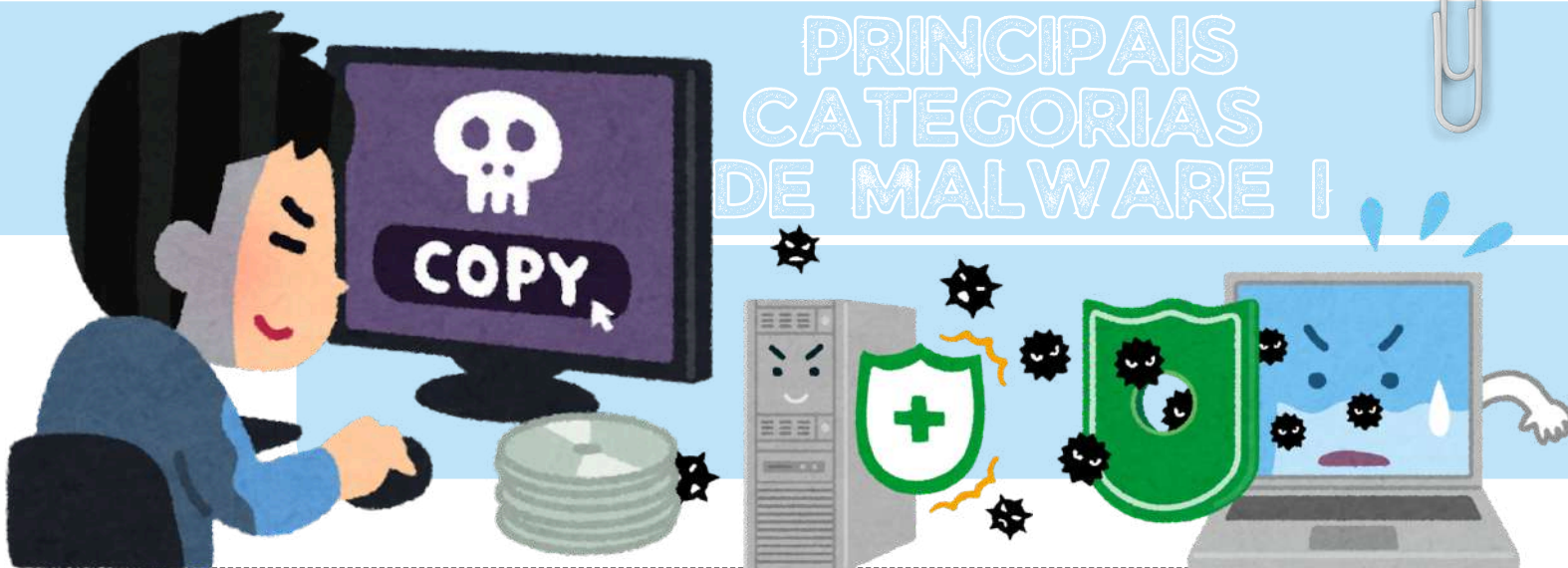


SUBORDINAR PESQUISAS A SECTARISMOS OU DIRECIONAMENTOS QUE INFLUENCIEM OS RESULTADOS

IMPORTANTE: MODELOS DE IA DEVEM PREFERENCIALMENTE USAR SOFTWARE DE CÓDIGO ABERTO

DICA MALWARES I

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE MALWARE I



Os malwares, também conhecidos como **software malicioso** ou **pragas virtuais**, são programas de computador projetados com a intenção de realizar **atividades prejudiciais e maliciosas** em sistemas de computadores e dispositivos.

Muitos malwares são projetados para **roubar informações pessoais**, como senhas, números de cartão de crédito, informações bancárias e dados de identificação pessoal. Essas informações podem ser usadas para roubo de identidade, fraude financeira e outros crimes cibernéticos.

Certos malwares têm a **função de corromper ou destruir dados no sistema**. Isso pode causar perda irreparável de informações.

Formas comuns pelas quais os malwares e ataques cibernéticos podem se espalhar e comprometer sistemas e dispositivos:

- Atacantes exploram **vulnerabilidades** em **programas** para obter acesso não autorizado ao sistema.
- **Dispositivos de mídia removíveis**, como pen drives, podem carregar malwares que são automaticamente executados ao serem conectados a um sistema.
- **Sites maliciosos** ou **comprometidos** podem distribuir malwares por meio de downloads automáticos, exploits de navegador ou links maliciosos.
- **Atacantes** podem visar sistemas diretamente usando técnicas como engenharia social ou invasão de rede.
- **Malwares** são distribuídos por meio da **execução de arquivos infectados**, como anexos de e-mail maliciosos, downloads de páginas da web comprometidas, compartilhamento de arquivos infectados e transferência de arquivos entre sistemas comprometidos.



DICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VII

PRINCÍPIOS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Você sabe o que é?

A atuação da Administração Pública, **em todos os seus níveis**, está sujeita à observância de princípios constitucionais específicos: **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**. Esses princípios **têm aplicação obrigatória em toda a extensão da Administração Pública, abrangendo tanto a esfera direta quanto a indireta, além dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e todas as esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)**.



LEGALIDADE

A legalidade é um princípio fundamental no contexto de um Estado democrático de direito, **representando a sujeição do Estado às leis**. Através do estrito cumprimento das leis, a vontade do povo é efetivada e, assim, o interesse público é preservado. É importante destacar que ao mencionarmos "lei", não estamos limitando a referência apenas às leis formais, que são elaboradas pelo Poder Legislativo. De acordo com o princípio da legalidade, **todas as normas devem ser respeitadas, incluindo os atos infralegais, como decretos, portarias e instruções normativas**.

Resumidamente falando...

A Administração Pública **deve atuar de acordo com a lei, agindo apenas dentro dos limites estabelecidos pela legislação** e respeitando os direitos dos cidadãos.

DICA

DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS III

SANÇÕES NA LGPD



Conforme disposto no Artigo 52, a aplicação dessas sanções é **discricionária**, levando-se em consideração a **gravidade da infração**, e é realizada pela **agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD)**.

As **sanções previstas** são as seguintes:

- Advertência.
- Multa simples, que pode chegar a até **2% do faturamento da empresa**, limitada a R\$50.000.000,00 por infração.
- Multa diária, também **limitada** a R\$50.000.000,00.
- **Publicitação** da infração.
- **Bloqueio** dos **dados pessoais**.
- **Eliminação** dos dados pessoais.

X - **Suspensão parcial** do funcionamento do banco de dados por 6 meses.

XI - **Suspensão do tratamento de dados pessoais** por 6 meses.

XII - **Proibição parcial ou total** de efetuar tratamento dos dados.

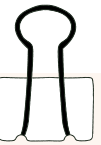
AS SANÇÕES SERÃO IMPOSTAS APÓS UM **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** QUE PERMITA A OPORTUNIDADE DE AMPLA DEFESA, DE MANEIRA GRADUAL, ISOLADA OU CUMULATIVAMENTE.

§ 6º As sanções previstas nos incisos X, XI e XII do caput deste artigo serão aplicadas:

- I. Somente após ao menos uma das sanções mencionadas nos incisos II, III, IV, V e VI do caput deste artigo ter sido **imposta** para o **mesmo caso concreto**;
- II. Em caso de **controladores submetidos a outros órgãos e entidades com competências sancionatórias**, sendo necessária a audição desses órgãos.

§ 7º Os vazamentos individuais ou acessos **não autorizados** mencionados no caput do art. 46 desta Lei podem ser **objeto de conciliação direta entre o controlador e o titular dos dados**.

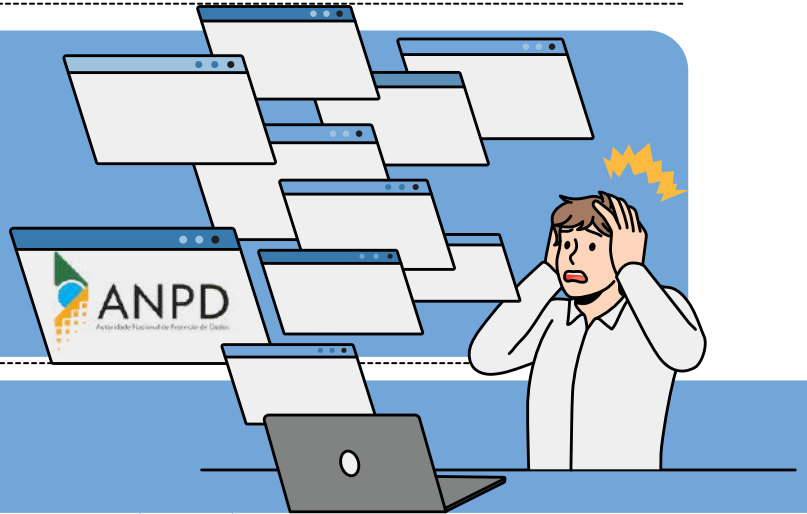
CASO **NÃO HAJA ACORDO**, O CONTROLADOR ESTARÁ **SUJEITO À APLICAÇÃO DAS PENALIDADES** DESCRITAS NESTE ARTIGO.



DICA

AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)

AGÊNCIA NACIONAL
DE PROTEÇÃO DE
DADOS (ANPD)



A agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foi estabelecida como uma **autarquia de natureza especial** dotada de autonomia técnica e decisória, com patrimônio próprio e com sede e foro no Distrito Federal.

Sua função é **garantir, implementar e supervisionar** a conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** em todo o **território nacional**.

Art. 55-C: A ANPD é **constituída** por:

- I. Conselho Diretor, o **órgão máximo de direção**;
- II. Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;
- III. Corregedoria;
- IV. Ouvidoria;
- V-A. Procuradoria;
- VI. Unidades administrativas e unidades especializadas necessárias para a aplicação dos dispositivos desta Lei.

ART. 55-D: O **CONSELHO DIRETOR** DA ANPD SERÁ COMPOSTO POR **CINCO DIRETORES, INCLUINDO** O DIRETOR-PRESIDENTE.

- O mandato dos membros do Conselho Diretor será de **4 (quatro) anos**.
- Os mandatos dos primeiros membros do Conselho Diretor nomeados serão distribuídos em períodos de **2 (dois), 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis) anos**, conforme estabelecido no ato de nomeação.
- Em caso de **vacância** do cargo durante o mandato de um membro do Conselho Diretor, o período restante será completado pelo seu **sucessor**.

ART. 55-E: OS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR PODEM PERDER SEUS CARGOS **APENAS POR RENÚNCIA, CONDENAÇÃO JUDICIAL DEFINITIVA OU DEMISSÃO** DECORRENTE DE (PAD) PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 III

LEI Nº 12.527/2011 III



Se a **informação estiver disponível**, deve ser **providenciada imediatamente** ao requerente.

PRAZO DA RESPOSTA:

Conforme a Lei de Acesso à Informação, o órgão público tem até **20 dias** para fornecer a resposta ao solicitante, podendo ser prorrogado por mais **10 dias em situações excepcionais**, devidamente justificadas.



RESPOSTA AO SOLICITANTE:

O órgão ou entidade pública deve responder ao solicitante dentro do prazo estabelecido, disponibilizando a informação solicitada, negando o acesso (se protegida por sigilo legal) ou informando sobre a inexistência da informação.

RECURSO:

Caso haja insatisfação com a resposta ou ausência dela, o solicitante pode recorrer ao órgão que recebeu o pedido, dentro de **10 dias** a partir da resposta ou do término do prazo estipulado.

TRANSPARÊNCIA ATIVA:

Além dos pedidos de informação, os órgãos públicos devem divulgar proativamente informações de interesse público pela internet, promovendo a transparência ativa.

DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 IV

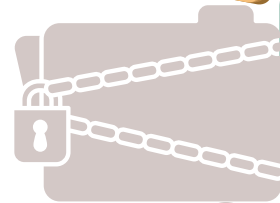
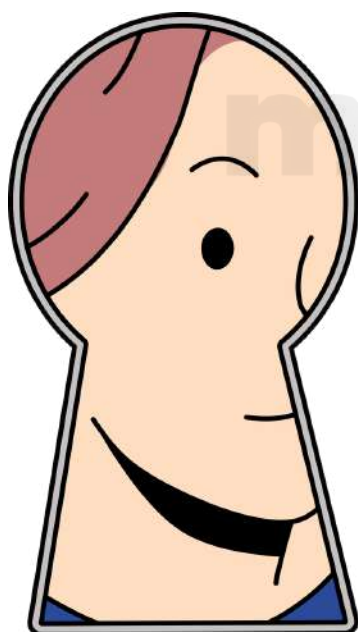
LEI Nº 12.527/2011 IV



A legislação permite que certas informações sejam designadas como **confidenciais**, seguindo critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Dados confidenciais são aqueles que, se divulgados, poderiam **prejudicar a segurança nacional**, a **defesa**, ou as **relações exteriores do país**, entre outros aspectos.

A legislação contempla **três níveis de confidencialidade** para informações governamentais: **ultrassecreto, secreto, reservado**.



ULTRASSECRETO:

Informações cuja divulgação pode causar danos graves à segurança do Estado ou às relações exteriores. O **prazo máximo de confidencialidade é de 25 anos**, podendo ser prorrogado.

SECRETO:

Informações cuja divulgação pode prejudicar a segurança do Estado ou interesses nacionais. O **prazo máximo de confidencialidade é de 15 anos**.

RESERVADO:

Informações cuja divulgação pode afetar a administração pública ou interesses públicos. O **prazo máximo de confidencialidade é de 5 anos**.

- Além das **informações pessoais**, que por natureza devem ser **protegidas**, como os dados pessoais dos cidadãos, a legislação estabelece normas específicas para o **tratamento e acesso** a essas informações, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.
- Adicionalmente, a lei reconhece que certas informações podem ser sujeitas a **sigilo** por **órgãos ou entidades que ainda não estabeleceram uma classificação específica**. Nesses casos, é necessário **justificar** a necessidade do sigilo e definir um **prazo para a divulgação**.

→ clique aqui para conhecer o material completo



ANALISTA EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITARIA

DICA

DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL

MEIO AMBIENTE
COMO DIREITO
FUNDAMENTAL



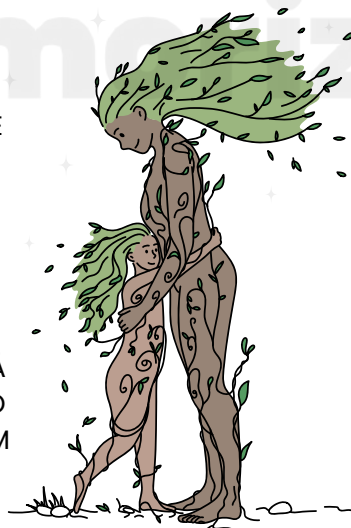
→ O art. 225 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece que "**todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**", essencial à qualidade de vida, atribuindo à coletividade e ao poder público o dever de preservá-lo.

→ O reconhecimento do meio ambiente como **direito fundamental** o coloca no mesmo **patamar** de outros direitos, como a vida, a saúde e a dignidade, sendo indispensável para o desenvolvimento sustentável.

O **Direito Ambiental** se baseia em **princípios** que orientam a sua **aplicação**:

PREVENÇÃO: VISA EVITAR DANOS AMBIENTAIS ANTES QUE OCORRAM. EXEMPLO: LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

PRECAUÇÃO: ATUA QUANDO HÁ INCERTEZA CIENTÍFICA SOBRE O IMPACTO AMBIENTAL, COMO EM NOVAS TECNOLOGIAS.



USUÁRIO-PAGADOR: QUEM UTILIZA RECURSOS NATURAIS DEVE CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE PARA A SUA PRESERVAÇÃO.

POLUIDOR-PAGADOR: O POLUIDOR DEVE ARCAR COM OS CUSTOS DE REPARAR OS DANOS CAUSADOS.

competências ambientais -arts. 23 e 24 da cf/88

A CF/88 estabelece que a **proteção ambiental** é de **competência**:

- **Comum:** União, Estados, Distrito Federal e Municípios atuam juntos para preservar o meio ambiente.
- **Concorrente:** União legisla normas gerais; Estados e Municípios detalham normas específicas.



DICA

CONCEITOS GERAIS DE ESTUDOS TÉCNICOS

ETAPAS DO LICENCIAMENTO – LP, LI E LO

● 1. LP – LICENÇA PRÉVIA

Quando ocorre?

Na fase de **planejamento** do empreendimento.

O que ela faz?

- ✓ Aprova a **viabilidade ambiental**
- ✓ Aprova a **localização**
- ✓ Aprova a **concepção do projeto**
- ✓ Estabelece **condicionantes para as próximas fases**

A LP não autoriza obra nem funcionamento.



É a fase de avaliação da viabilidade socioambiental do projeto.

● 2. LI – LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Quando ocorre?

Após **cumprimento das exigências da LP.**

O que ela faz?

- ✓ Autoriza o **início da obra/instalação**
- ✓ Aprova os **planos e projetos executivos**
- ✓ **Exige cumprimento das condicionantes**

Sem LI, a obra é irregular.



É a fase em que se apresenta o projeto executivo e após aprovação inicia-se a construção.

● 3. LO – LICENÇA DE OPERAÇÃO

Quando ocorre?

Após verificação de que tudo foi instalado conforme aprovado.

O que ela faz?

- ✓ Autoriza o **funcionamento da atividade**
- ✓ Confirma **cumprimento das exigências anteriores**
- ✓ Pode estabelecer **novas condicionantes**

Sem LO, a atividade não pode operar.



É a fase em que se avalia a construção e é autorizada a operação.

🎯 Ponto importante

A LO normalmente possui **prazo determinado** e pode ser renovada.

CONDICIONANTES

Em todas as fases podem ser impostas condicionantes ambientais, como:

- Compensação ambiental
- Monitoramento
- PRAD
- Controle de emissões

Descumprimento pode gerar:

🚫 **Multa** 🚫 **Suspensão** 🚫 **Cassação da licença**



DICA

CONCEITOS GERAIS DE ESTUDOS TÉCNICOS

LAU, APAT E COMPETÊNCIA (LC 140/2011)



LAU – LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA

A Licença Ambiental Única (LAU) é uma modalidade simplificada de licenciamento que reúne LP, LI e LO em um único ato administrativo.

Quando é utilizada?

- ✓ Empreendimentos de baixo potencial poluidor
- ✓ Atividades de pequeno porte
- ✓ Quando o impacto ambiental é considerado reduzido

⚠ Não é regra geral – é exceção ao modelo trifásico clássico (LP, LI, LO).

Atenção

A LAU depende da regulamentação do órgão ambiental competente (não é automática para todo caso).

APAT – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ANÁLISE TÉCNICA

A APAT é um instrumento preliminar que autoriza o início da análise técnica do processo de licenciamento, antes da emissão da licença ambiental.

⚠ A APAT não é licença ambiental.

- ✓ Formalizar a abertura do processo
- ✓ Permitir tramitação administrativa
- ✓ Indicar viabilidade preliminar



COMPETÊNCIA AMBIENTAL – LC 140/2011

A Lei Complementar nº 140/2011 regulamenta o art. 23 da Constituição Federal e estabelece a divisão de competências administrativas ambientais entre:

União | Estados | Municípios

A competência para licenciar depende da abrangência do impacto ambiental.

União

- Quando o impacto for:
 - ✓ Nacional ou regional
 - ✓ Em terras indígenas
- ✓ Em unidades de conservação federais
- ✓ Em mar territorial ou plataforma continental

Estados

- ✓ Empreendimentos de impacto regional
- ✓ Quando não for competência da União ou do Município

Municípios

- ✓ Impacto ambiental local
- ✓ Atividades em unidades de conservação municipais

DICA

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997



PRAZOS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- O **licenciamento ambiental** é um processo essencial para garantir que as atividades econômicas sejam realizadas de forma **sustentável**, respeitando o meio ambiente.
- Porém, como qualquer procedimento administrativo, ele está sujeito a **regras e prazos** específicos que devem ser seguidos tanto pelo empreendedor quanto pelo órgão ambiental.

Prazo de Análise das Licenças (Art. 14):

O órgão ambiental competente deve **analisar o pedido de licença** dentro dos seguintes prazos:

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)



6

Até 6 meses: Para licenças simples, como **Licença Prévia (LP)**, **Licença de Instalação (LI)** e **Licença de Operação (LO)**.

por que isso importa?



12

Até 12 meses: Quando o empreendimento exigir estudos mais complexos, como o **EIA/RIMA** (Estudo de Impacto Ambiental), ou houver necessidade de audiência pública.



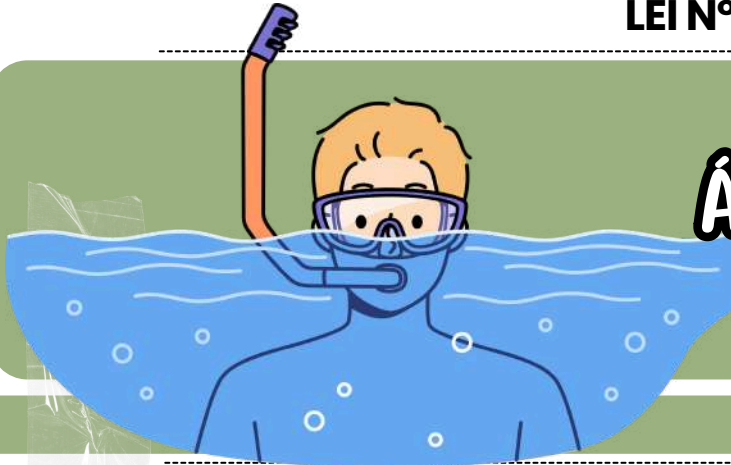
ESSES PRAZOS GARANTEM QUE O PROCESSO NÃO FIQUE INDEFINIDAMENTE PARADO.

Mas atenção! O prazo pode ser **suspenso** se o empreendedor precisar corrigir ou complementar os documentos apresentados.



DICA

LEI Nº 12.651/2012



ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)



As APPs são espaços **protegidos**, localizados em **zonas rurais** ou **urbanas**, com a função de **preservar** os recursos hídricos, a biodiversidade, o solo e garantir o equilíbrio ecológico.

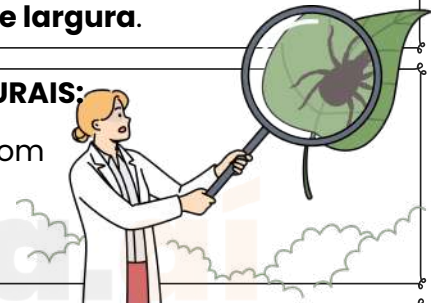
Delimitação das APPs:

FAIXAS MARGINAIS DE CURSOS D'ÁGUA NATURAIS (PERENES E INTERMITENTES, EXCLUINDO EFÊMEROS):

- **30 metros:** cursos d'água com até **10 metros de largura**.
- **50 metros:** cursos d'água entre **10 e 50 metros de largura**.
- **100 metros:** cursos d'água entre **50 e 200 metros de largura**.
- **200 metros:** cursos d'água entre **200 e 600 metros de largura**.
- **500 metros:** cursos d'água com mais de **600 metros de largura**.

ENTORNO DE LAGOS E LAGOAS NATURAIS:

- **100 metros:** em **zonas rurais** (exceto corpos d'água com até 20 hectares, onde será 50 metros).
- **30 metros:** em **zonas urbanas**.



RESERVATÓRIOS ARTIFICIAIS (BARRAGENS OU REPRESAMENTOS):

- Faixa definida na **licença ambiental** do **empreendimento**.



NASCENTES E OLHOS D'ÁGUA PERENES:

- Raio de **50 metros**, independentemente da topografia.

ENCOSTAS OU PARTES DESTAS COM DECLIVIDADE SUPERIOR A 45°:

- Inclinação correspondente a **100% na linha** de maior **declive**.



Outros casos específicos:

- **Restingas:** como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.
- **Manguezais:** em toda a extensão.
- **Bordas de tabuleiros ou chapadas:** faixa mínima de 100 metros.
- **Topo de morros, montes, montanhas e serras:** áreas acima de 2/3 da altura mínima da elevação.
- **Veredas:** faixa de 50 metros, a partir de áreas permanentemente brejosas.

DICA

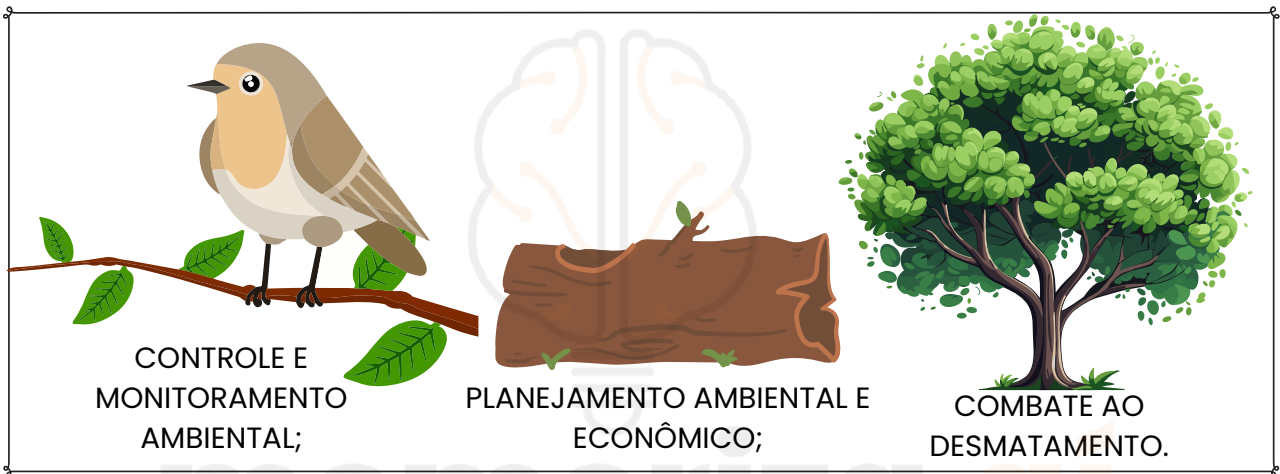
LEI Nº 12.651/2012



CADASTRO AMBIENTAL RURAL

→ O Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto no Art. 29 da Lei nº 12.651/2012, é um registro público eletrônico nacional obrigatório para todos os imóveis rurais.

Ele foi criado com o objetivo de **integrar informações ambientais**, compondo uma base de dados que serve para:



A INSCRIÇÃO NO CAR É OBRIGATÓRIA E DE PRAZO INDETERMINADO PARA TODAS AS PROPRIEDADES E POSSES RURAIS.

importante:

O CAR **não serve como título de propriedade** ou **posse** e **não dispensa** a necessidade de atender ao disposto no Art. 2º da Lei nº 10.267/2001, referente ao **georreferenciamento** para o **registro de imóveis**.

Dispensa de Informações da Reserva Legal (Art. 30):

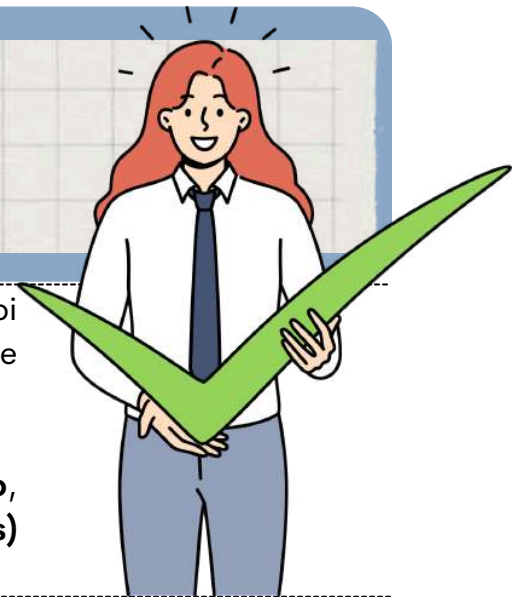
- Quando a Reserva Legal já foi **averbada na matrícula do imóvel** e **identifica** seu perímetro e localização, o proprietário está dispensado de fornecer informações relativas à Reserva Legal no CAR.
- Para isso, é **necessário apresentar ao órgão ambiental a certidão de registro de imóveis** constando a averbação ou o termo de compromisso, no caso de posse.



DICA

LEI Nº 9.985/00 – SNUC

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)



➔ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi criado para **garantir a preservação do meio ambiente** e promover o **uso sustentável dos recursos naturais**.

➔ Essa legislação estabelece critérios e normas para a **criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs)** no Brasil.

✦ **Gestão Integrada** das UCs:

- Quando há **várias UCs próximas** ou **sobrepostas**, a gestão deve ser **integrada**, valorizando a biodiversidade e promovendo o desenvolvimento sustentável da região;

📄 **PLANO DE MANEJO DAS UCs**

As UCs devem possuir um **Plano de Manejo**, que deve ser elaborado em até **5 anos** após sua criação e deve incluir:



- ✓ **AÇÕES PARA INTEGRAR A UC À VIDA ECONÔMICA E SOCIAL DAS COMUNIDADES VIZINHAS**

- ✓ **REGRAS SOBRE A LIBERAÇÃO E CULTIVO DE OGMs, CONSIDERANDO RISCOS À BIODIVERSIDADE.**

A **exploração comercial** de produtos, subprodutos ou serviços derivados dos recursos naturais das UCs exige **autorização prévia** e **pagamento**, com **exceção** das Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares.

Os **recursos** obtidos pelas **UCs** devem ser **aplicados na manutenção da própria unidade** e na **regularização fundiária**, sendo distribuídos da seguinte forma:



- **25% a 50%:** Manutenção da própria UC.
- **25% a 50%:** Regularização fundiária.
- **15% a 50%:** Implementação e gestão de outras UCs.

DICA

LEI N.º 12.305/2010



POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

As Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem ser compatíveis com as diretrizes da PNRS, garantindo uma abordagem **integrada** e **harmoniosa** na gestão dos resíduos em todo o território nacional.

A **responsabilidade** pelo **gerenciamento dos resíduos** também recai sobre o **gerador**, que deve adotar práticas adequadas conforme estabelecido na lei.

São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:



LANÇAMENTO EM PRAIAS, MAR OU OUTROS CORPOS HÍDRICOS;

QUEIMA A CÉU ABERTO OU EM RECIPIENTES, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS NÃO LICENCIADOS



LANÇAMENTO IN NATURA A CÉU ABERTO - EXCETO RESÍDUOS DE MINERAÇÃO

OUTRAS FORMAS VEDADAS PELO PODER PÚBLICO

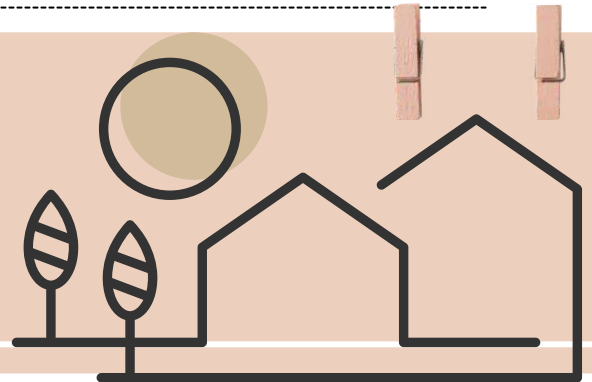
Quando decretada **emergência sanitária**, a queima de resíduos a céu aberto pode ser **realizada**, desde que **autorizada** e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa

É **PROIBIDA A IMPORTAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS E REJEITOS**, BEM COMO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CUJAS CARACTERÍSTICAS CAUSEM DANO AO MEIO AMBIENTE, À SAÚDE PÚBLICA E ANIMAL E À SANIDADE VEGETAL, AINDA QUE PARA TRATAMENTO, REFORMA, REUSO, REUTILIZAÇÃO OU RECUPERAÇÃO.

DICA

PARCELAMENTO DO SOLO URBANO (LOTEAMENTO x DESMEMBRAMENTO)

PARCELAMENTO DO SOLO URBANO (LOTEAMENTO x DESMEMBRAMENTO)



O **parcelamento do solo urbano** é disciplinado pela Lei nº 6.766/1979, que regula como áreas urbanas podem ser divididas para fins de edificação.

A banca gosta de cobrar a diferença entre **loteamento** e **desmembramento**, bem como os requisitos legais e urbanísticos para sua aprovação.



Loteamento: subdivisão de gleba em lotes com abertura de novas vias de circulação, áreas verdes e institucionais.

Desmembramento: subdivisão de gleba em lotes aproveitando o sistema viário já existente, sem abertura de novas ruas.

Competência: municípios aprovam projetos de parcelamento, observando plano diretor e normas urbanísticas.

Restrições: terrenos alagadiços, sujeitos a inundações, em áreas de preservação permanente ou sem acesso viário adequado não podem ser loteados.

- **A banca explora os procedimentos administrativos:** projeto aprovado pela Prefeitura + registro em cartório.
- Parcelamentos irregulares ou clandestinos são frequentes em questões, destacando-se as **responsabilidades civil, administrativa e penal do loteador**.
- A lei exige **destinação de áreas para uso público** (equipamentos urbanos e comunitários).
- Integra-se ao **Estatuto da Cidade** (Lei 10.257/2001) como parte da política de ordenamento territorial.

Exemplo prático

Um loteamento aprovado em área urbana deve reservar parte da gleba para ruas, áreas verdes e escolas. Já um desmembramento apenas divide um lote em dois ou mais, mantendo a rua já existente.

DICA

DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL



DIREITO AMBIENTAL

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO AMBIENTAL

- Prevenção
- Precaução
- Poluidor-Pagador
- Função socioambiental da propriedade
- Proibição do retrocesso ambiental
- Responsabilidade objetiva

POLÍCIA AMBIENTAL

Tem poder de **restringir e condicionar** o uso de bens e atividades visa **proteger o meio ambiente**. Isso inclui: **licenciar, fiscalizar e aplicar sanções**, como multas, embargos e apreensões.

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE LEI 6.938/81

Criada em 1981 para **preservar, melhorar e recuperar** a qualidade ambiental, garantindo as condições para o **desenvolvimento socioeconômico, segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana**



O **PATRIMÔNIO PÚBLICO AMBIENTAL** meio ambiente como um **bem de uso comum**, protegido para **benefício coletivo**. Isso envolve a **RACIONALIZAÇÃO DO USO** do solo, subsolo, água e ar, além do **PLANEJAMENTO E FISCALIZAÇÃO** dos recursos ambientais. A **PROTEÇÃO DE ECOSISTEMAS** e o **CONTROLE E ZONEAMENTO** de atividades poluidoras são considerados fundamentais. É essencial **MONITORAR** a qualidade ambiental e **RECUPERAR** áreas degradadas. A **PROTEÇÃO** de áreas ameaçadas e a **EDUCAÇÃO AMBIENTAL** em todos os níveis de ensino também são prioridades.

ART. 2º PRINCÍPIOS



CONCEITOS-CHAVE ART. 3º

- Meio ambiente:** conjunto de condições, leis e interações que permitem a vida.
- Degradação:** alteração adversa das características ambientais.
- Poluição:** degradação que prejudica saúde, segurança, bem-estar, atividades econômicas, biota ou estética do ambiente.
- Poluidor:** pessoa física/jurídica, pública ou privada, direta ou indiretamente responsável pela degradação.
- Recursos ambientais:** água, ar, solo, subsolo, fauna, flora, mar territorial etc.



POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (PNMC)

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) é um marco importante que estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para promover o desenvolvimento sustentável e mitigar os impactos das mudanças climáticas no Brasil.

O que é mudança de clima?

- De acordo com a PNMC, o conceito de **"mudança do clima"** refere-se à **"evolução gradual das condições climáticas ao longo do tempo, causada tanto por atividades humanas quanto por fatores naturais."**
- A principal missão da PNMC é **incentivar o desenvolvimento sustentável**, ao mesmo tempo em que busca **reduzir os impactos das mudanças climáticas** e **promover a adaptação** a essas alterações.

Em termos simples, **"mudança do clima"** se refere à **transformação do clima da Terra**, que pode ocorrer devido às atividades humanas, como a emissão de gases de efeito estufa, e também por **mudanças naturais na atmosfera** ao longo do tempo.



PRINCÍPIOS DA PNMC

Os cinco princípios da PNMC são:

- **PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO:** AGIR PARA EVITAR DANOS QUE AINDA NÃO SÃO TOTALMENTE CONHECIDOS.
- **PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO:** AGIR PARA EVITAR QUE OS DANOS ACONTEÇAM.
- **PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ:** ENVOLVER A SOCIEDADE NA TOMADA DE DECISÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.
- **PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SEM COMPROMETER O MEIO AMBIENTE.
- **PRINCÍPIO DAS RESPONSABILIDADES COMUNS, PORÉM DIFERENCIADAS:** TODOS DEVEM AGIR PARA ENFRENTAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MAS AS RESPONSABILIDADES SÃO DIFERENTES PARA CADA PAÍS OU SETOR DA SOCIEDADE.



DICA

LEI Nº 12.187/2009

FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (FUNDO CLIMA)



O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) é um fundo público criado para **financiar projetos e ações** voltados à **mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Brasil**.



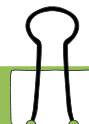
Ele é administrado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e desempenha um papel crucial no apoio a iniciativas que buscam enfrentar os desafios climáticos.

Os **recursos do Fundo Clima** provêm de diversas fontes, incluindo leis específicas, dotações orçamentárias, doações, empréstimos de instituições financeiras, entre outros.



e como esses recursos são aplicados?

- Esses recursos são aplicados em uma ampla variedade de atividades relacionadas às mudanças climáticas, como educação, pesquisas científicas, projetos de adaptação, redução de emissões de gases de efeito estufa e apoio a práticas sustentáveis.



A gestão do Fundo Clima é realizada pelo Comitê Gestor, que é composto por representantes de diversos setores, incluindo órgãos governamentais, sociedade civil, comunidade científica, entidades empresariais e comunidades tradicionais.



É IMPORTANTE DESTACAR QUE A PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ GESTOR É CONSIDERADA UMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO RELEVANTE, MAS **NÃO É REMUNERADA**.

DICA

SANEAMENTO BÁSICO (MARCO LEGAL)

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

Como funciona a rede de saneamento básico?



o que é?

Compreende:

- 🔵 Captação
- 🚚 Adução
- 🧪 Tratamento
- 🏠 Reservação
- 🏠 Distribuição até as ligações prediais

O serviço vai até a ligação predial.

Não inclui:

- ❌ instalação interna do imóvel
- ❌ caixa d'água interna

SANEAMENTO BÁSICO É UM DIREITO HUMANO RECONHECIDO PELA ONU. 🌍



Todos devem ter acesso a:

- 🏠 Abastecimento de água potável
- 🚚 Coleta e tratamento de esgoto
- 🗑️ Coleta e disposição final adequada de resíduos sólidos
- ☁️ Drenagem de águas pluviais
- 📊 Informações sobre saneamento, saúde ambiental e condições locais

O saneamento básico está diretamente ligado a:

<p>👶 Redução da mortalidade infantil</p> <p>💰 Combate à pobreza</p>	<p>🏠 Promoção da dignidade humana</p> <p>⚖️ Igualdade social</p> <p>🌿 Prevenção de doenças</p>	<p>A banca costuma cobrar a relação entre saneamento e saúde pública.</p>
---	--	---

Além de água e esgoto, também fazem parte:

- 🗑️ Manejo de resíduos sólidos
- ☁️ Drenagem urbana
- 🧼 Promoção de higiene
- 📢 Transparência e controle social

São os 4 pilares legais definidos no art. 3º da Lei 11.445/2007.

⚠️ CUIDADO

DISTRIBUIÇÃO VAI ATÉ A LIGAÇÃO PREDIAL, NÃO INCLUI INSTALAÇÃO INTERNA DO IMÓVEL.



DICA

SANEAMENTO BÁSICO (MARCO LEGAL)

ESGOTAMENTO SANITÁRIO



o que é?

Inclui:

- ◆ Coleta
- ◆ Transporte
- ◆ Tratamento
- ◆ Disposição final ambientalmente adequada

🎯 PARA QUEM É DA ÁREA

⚠️ Coletar não é suficiente.

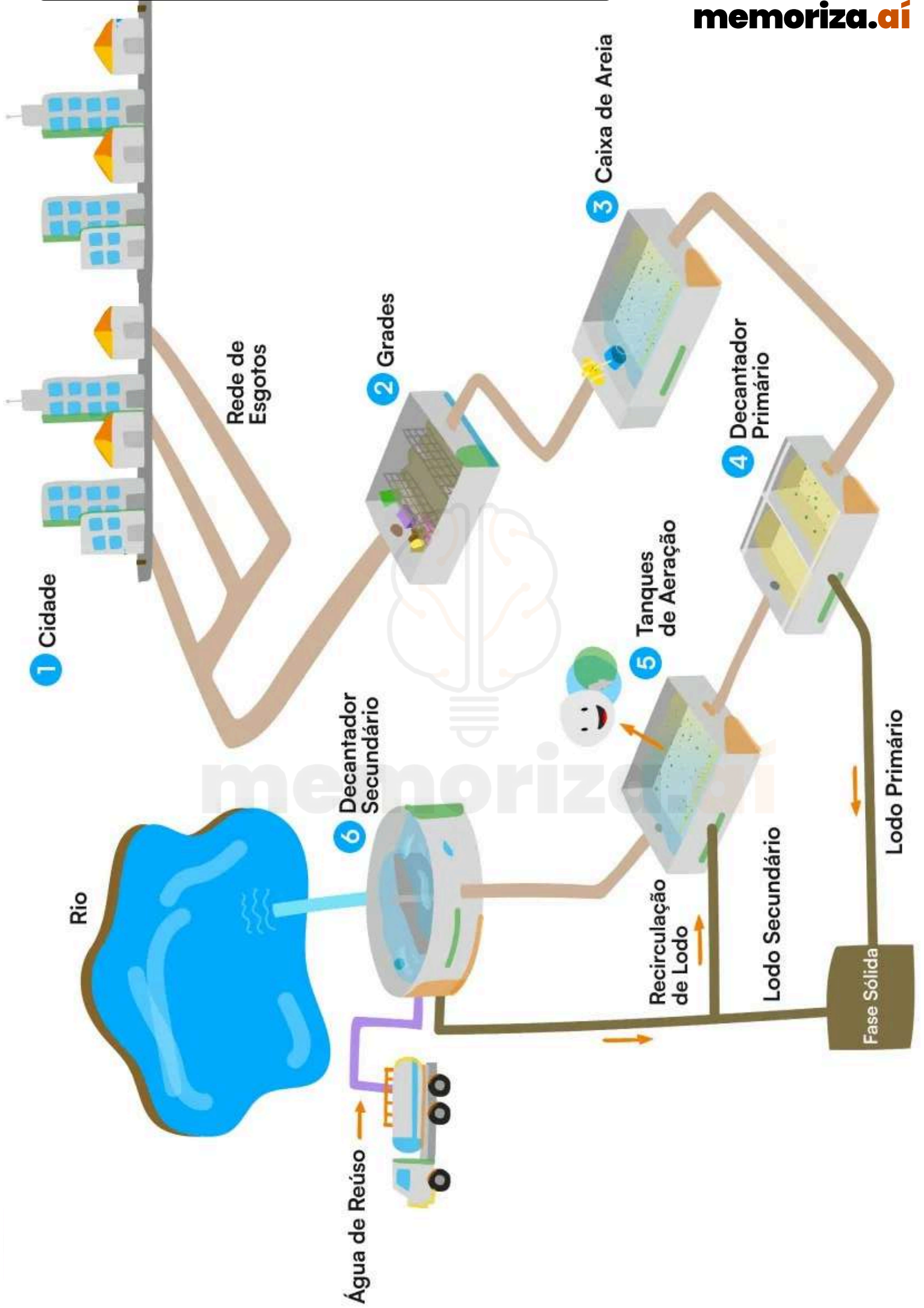
A lei exige tratamento e destinação adequada.

🌿 Está diretamente ligado à:



🌟 PEGADINHA COMUM

- ✗ Confundir com **drenagem pluvial**
- ✗ Achar que **fossa individual** já **caracteriza serviço público completo**



DICA

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

TRATAMENTO CONVENCIONAL DE ÁGUA

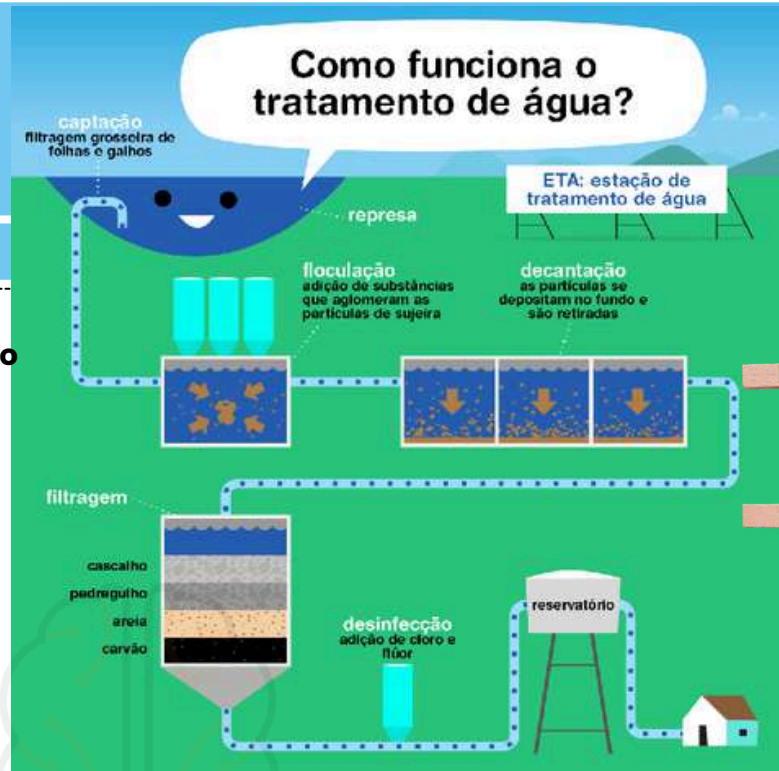
Etapas clássicas:

- Coagulação
- Decantação
- Desinfecção (cloração)
- Fluoretação
- Floculação
- Filtração

OBJETIVO

Remover:

- ✓ Turbidez
- ✓ Cor
- ✓ Matéria orgânica
- ✓ Microrganismos



COAGULAÇÃO

- Adição de coagulantes (**ex:** sulfato de alumínio, cloreto férrico).
- **Objetivo:** desestabilizar partículas coloidais (argila, matéria orgânica, sujeira).
- ✓ Essas partículas são muito pequenas e não sedimentam naturalmente.

FLOCULAÇÃO

- Mistura lenta e controlada.
- **Objetivo:** promover o encontro das partículas desestabilizadas.
- ✓ **Formação de flocos maiores e mais pesados.**

SEDIMENTAÇÃO (DECANTAÇÃO)

- Separação dos flocos por ação da gravidade.
- Ocorre em tanques decantadores.
- ✓ Remove sólidos sedimentáveis. ✓ Reduz turbidez.

FILTRAÇÃO

- Passagem da água por meio filtrante (areia, carvão, antracito).
- Remove partículas remanescentes.
- ✓ Retém sólidos não sedimentados. ✓ Aumenta a eficiência final do tratamento.

DESINFECÇÃO (ETAPA OBRIGATÓRIA)

- Geralmente feita com cloro.
- **Objetivo:** destruir microrganismos patogênicos.

✦ **É ETAPA OBRIGATÓRIA EM QUALQUER ETA.**

FLUORETAÇÃO (quando aplicável)

- Adição de flúor.
- **Finalidade:** prevenção de cáries.

✦ **PEGADINHA**

Coagulação ≠ floculação

- **Coagulação** → desestabiliza partículas
- **Floculação** → aglomera partículas

→ clique aqui para conhecer o material completo

ANALISTA EM EDUCAÇÃO

memoriza.

DICA

EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ART. 205 A 214

BASE LEGAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A Constituição de 1988 conferiu à **educação** um lugar de **destaque**, reconhecendo seu papel como direito fundamental e dever compartilhado.

Esses artigos estabelecem **diretrizes, princípios, finalidades e responsabilidades da educação brasileira**.

ART. 205 – EDUCAÇÃO COMO DIREITO E DEVER

A educação é **direito de todos** – ou seja, um **direito universal e inalienável**, que independe de idade, condição social ou localização geográfica.

- Ao mesmo tempo, ela é **dever do Estado e da família**, o que impõe responsabilidade conjunta na formação integral dos cidadãos.

O **Estado** deve **garantir meios** para o **acesso** e **permanência** na escola;

A **família** deve **acompanhar** e **participar** do processo **educativo**;

O foco está na **formação** para a **cidadania** e **preparação** para o **trabalho**.



DICA DE OURO:

Esse artigo está intimamente relacionado à **função social da escola**, que vai muito além da transmissão de conteúdos: ela forma sujeitos críticos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade.

DICA

EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ART. 205 A 214

BASE LEGAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL



ART. 208 – GARANTIAS EDUCACIONAIS DO ESTADO

Esse artigo detalha o mínimo que o Estado deve assegurar. Ele é cobrado com frequência por ser muito objetivo.

Obrigatoriedade: dos 4 aos 17 anos (inclui a pré-escola e todo o ensino médio);



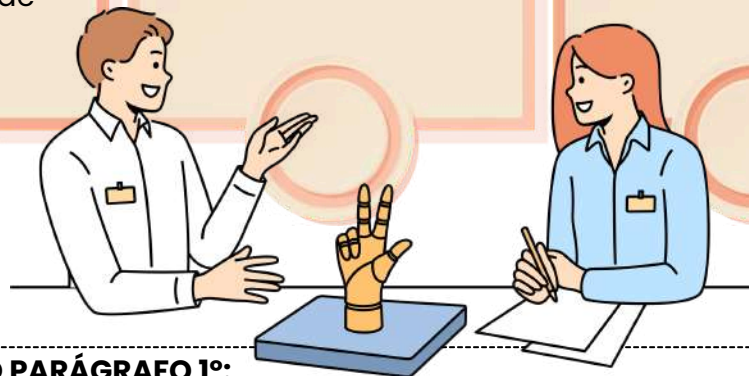
Creche (0 a 3 anos): é direito, mas não é obrigatório;

Pessoas com deficiência: têm direito a atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino;

Educação de jovens e adultos (EJA): o Estado deve ofertar para quem não concluiu na idade adequada;

Ensino noturno: deve ser compatível com as necessidades do trabalhador;

Acesso, permanência e qualidade: são obrigações constitucionais.



⚠ ATENÇÃO PARA O PARÁGRAFO 1º:

"O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo."

Ou seja: a pessoa pode acionar o Judiciário caso o Estado não cumpra esse direito.

DICA

EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ART. 205 A 214

BASE LEGAL DA
EDUCAÇÃO NO BRASIL



ART. 214 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

Esse artigo determina que a União elabore um plano decenal, com metas e estratégias claras para garantir:

1

Erradicação do analfabetismo;

2

Universalização da educação básica;

3

Formação continuada dos profissionais da educação;

4

Melhoria da qualidade do ensino;

5

Valorização do magistério (salário, carreira, condições de trabalho).

CONTEXTO IMPORTANTE:

A Lei nº 13.005/2014 instituiu o PNE 2014-2024, que trouxe 20 metas – esse plano serve como instrumento de monitoramento e cobrança das políticas públicas educacionais.

QUIZ

Analisar as assertivas a seguir, à luz dos artigos 205 a 214 da Constituição Federal de 1988, e assinalar a alternativa que apresenta a sequência correta:

I. A obrigatoriedade da educação básica no Brasil compreende a faixa etária dos 4 aos 17 anos, sendo um direito público subjetivo. Nessa condição, o não oferecimento da vaga pelo poder público pode ensejar responsabilização civil, penal e administrativa da autoridade competente.

II. A valorização dos profissionais da educação escolar pública, prevista como princípio do ensino, limita-se à oferta de formação inicial e continuada, não incluindo aspectos como piso salarial profissional nacional ou plano de carreira.

III. A Constituição Federal assegura, como dever do Estado, a oferta gratuita de educação infantil em creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos de idade, sendo a matrícula em creche de frequência obrigatória desde o nascimento até os 3 anos.

IV. Entre as diretrizes do Plano Nacional de Educação, constitucionalmente previstas, inclui-se a erradicação do analfabetismo e a melhoria da qualidade do ensino, objetivos a serem perseguidos por meio de metas decenais.

- a) F - F - V - V b) V - F - F - V c) V - V - F - F d) F - V - V - F e) V - F - V - F

A assertiva II está **incorreta** porque a valorização dos profissionais da educação, conforme o art. 206, inclui não apenas formação inicial e continuada, mas também **plano de carreira, ingresso por concurso público e piso salarial profissional nacional**.

A assertiva III também está **incorreta**, uma vez que, embora a educação infantil em creches e pré-escolas seja garantida como dever do Estado, sua frequência só se torna obrigatória a partir dos **4 anos de idade, e não desde o nascimento**.

DICA

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB - LEI Nº 9.394/1996)



TÍTULO I - DA EDUCAÇÃO (ART. 1º DA LDB)

O QUE É EDUCAÇÃO, SEGUNDO A LDB?

A educação não acontece só na escola! Isso é o que o artigo 1º quer deixar bem claro.

Ela ocorre:

👨👩👧👦 **Na família** – quando os pais ensinam valores, regras, comportamento.

👨👩👧👦 **Na convivência social** – nas amizades, em grupos, no dia a dia.

💼 **No trabalho** – com experiências, aprendizados práticos.

🏫 **Nas escolas e instituições de ensino e pesquisa** – com conteúdos formais, currículo, professores.

🙌 **Nos movimentos sociais e nas ONGs** – em ações coletivas que ensinam cidadania e direitos.

🎨 **Nas manifestações culturais** – como música, arte, festas populares, tradições.

OU SEJA, EDUCAÇÃO É MUITO MAIS DO QUE IR PARA A ESCOLA! ELA É UM PROCESSO CONTÍNUO E AMPLO QUE ACONTECE AO LONGO DA VIDA E EM DIVERSOS AMBIENTES.

MAS O QUE A LDB REGULA, ENTÃO?

➡ § 1º – A LDB foca na **educação escolar**

Ela não regulamenta tudo, mas organiza e define regras para a educação escolar, aquela que é feita principalmente em **instituições de ensino** (escolas, faculdades, etc.), com currículo, professores, disciplinas e avaliações.

➡ § 2º – **EDUCAÇÃO ESCOLAR CONECTADA COM O MUNDO REAL!**

A escola **não pode ser desconectada da vida!**

- A educação deve estar ligada ao mundo do trabalho (formar para profissões, estimular habilidades práticas)
- E também à prática social (preparar para viver em sociedade, com responsabilidade, ética e participação).



DICA

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB - LEI Nº 9.394/1996)



O QUE AS ESCOLAS DEVEM FAZER, POR LEI?

I – ELABORAR E EXECUTAR A PROPOSTA PEDAGÓGICA

➔ A escola não apenas recebe currículo pronto: ela precisa criar seu projeto pedagógico, respeitando diretrizes do sistema de ensino, e colocá-lo em prática.

📌 ISSO CAI BASTANTE EM PROVA COMO: “A QUEM COMPETE ELABORAR A PROPOSTA PEDAGÓGICA?” → À ESCOLA!

II – ADMINISTRAR PESSOAL, RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

➔ Cada escola deve gerir seus funcionários, materiais e verba.

III – GARANTIR O CUMPRIMENTO DOS DIAS LETIVOS E HORAS-AULA

➔ A escola deve assegurar que o calendário escolar seja seguido à risca!

🕒 EM REGRA: MÍNIMO DE 200 DIAS LETIVOS E 800 HORAS NO ANO.

200 dias

IV – CUIDAR DO PLANO DE TRABALHO DE CADA DOCENTE

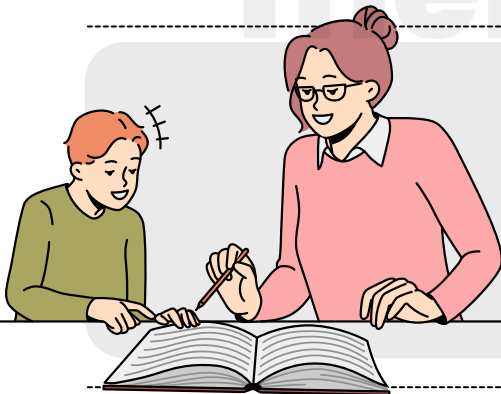
➔ O plano de aula do professor precisa ser acompanhado pela direção da escola.

V – AJUDAR OS ALUNOS COM DIFICULDADES

➔ É dever da escola oferecer meios de recuperação para os alunos com baixo rendimento.

VI – INTEGRAR ESCOLA, FAMÍLIAS E COMUNIDADE

➔ A escola deve criar laços com os responsáveis e a comunidade, favorecendo a participação social.



VII – INFORMAR PAI E MÃE (JUNTOS OU SEPARADOS)

📌 Sobre:

Frequência dos alunos



Rendimento escolar



Proposta pedagógica da escola



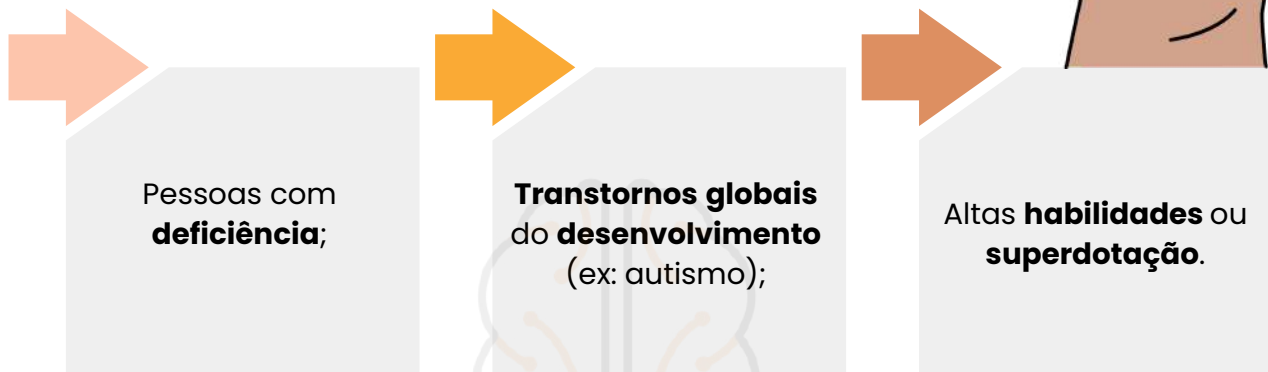
DICA

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB - LEI Nº 9.394/1996)

EDUCAÇÃO ESPECIAL



A educação especial é modalidade de educação escolar voltada a:



DEVE SER OFERECIDA PREFERENCIALMENTE NA REDE REGULAR DE ENSINO.

- Serviços de **apoio especializado**, dentro da escola regular, serão garantidos **quando necessário**.
- Se a inclusão **não for possível**, o atendimento pode ser feito em **classes, escolas ou serviços especializados**.
- Começa na **educação infantil e segue ao longo da vida**.

🎯 **DICA DE PROVA:** LEMBRE-SE DA **PREFERÊNCIA PELA INCLUSÃO**, MAS A ESPECIFICIDADE DO ALUNO PODE JUSTIFICAR UM ATENDIMENTO SEPARADO.

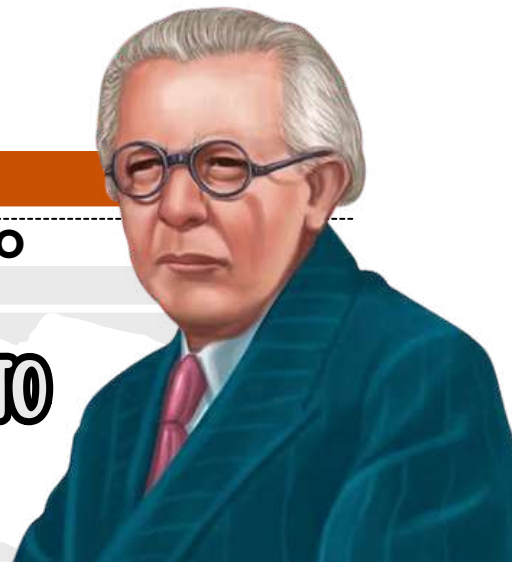


Os sistemas de ensino devem garantir:

- I. Currículos e recursos específicos às **necessidades dos educandos**.
- II. **Terminalidade específica** (para quem não atingir o nível esperado) e aceleração (para superdotados).
- III. Professores **especializados e capacitados** para inclusão.
- IV. Educação para o **trabalho**, inclusive para aqueles que:
 - Não podem atuar em trabalho competitivo;
 - Têm habilidade superior (artística, intelectual etc.).
- V. **Igualdade** no acesso a programas sociais (merenda, transporte, etc.).

🎯 **DICA DE PROVA:** A EXPRESSÃO TERMINALIDADE ESPECÍFICA COSTUMA APARECER COMO PEGADINHA — SÓ SE APLICA A **QUEM NÃO PUDER ATINGIR O NÍVEL MÍNIMO EXIGIDO POR CAUSA DA DEFICIÊNCIA**.

TEORIAS DO CONHECIMENTO
(EPISTEMOLOGIA)



A forma como se entende o conhecimento influencia diretamente a prática educativa. Veja as principais:

EMPIRISMO:

O conhecimento vem da **experiência sensorial**. Aprendemos pela **observação** e **repetição**.

→ Associado ao **ensino tradicional** e às metodologias baseadas em **treino** e **memorização**.

RACIONALISMO:

O conhecimento é construído pela **razão**. A mente tem **ideias inatas** e é capaz de **produzir conhecimento por dedução lógica**.

→ Influencia propostas que valorizam o **raciocínio** e o **pensamento abstrato**.

CONSTRUTIVISMO:

O conhecimento é construído ativamente pelo **sujeito**, em **interação com o meio**.

→ Base das propostas de **Jean Piaget** e **Lev Vygotsky**, muito cobrados em provas de pedagogia e psicologia da educação.

CRITICISMO:

Proposto por Kant, une **empirismo** e **racionalismo**. O sujeito conhece por meio da **experiência**, organizada pela razão.

→ Influência importante para a ideia de **sujeito ativo** e **consciente** no processo educativo.

QUIZ

Em relação à teoria do conhecimento desenvolvida por Piaget, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(_) Explica como se avança de um conhecimento menos elaborado para um conhecimento mais elaborado, ressaltando que o conhecimento é resultado da interação do sujeito com o meio externo, que é um processo no qual o sujeito participa ativamente, modificando o meio no qual está inserido e sendo, também, modificado por esse mesmo meio.

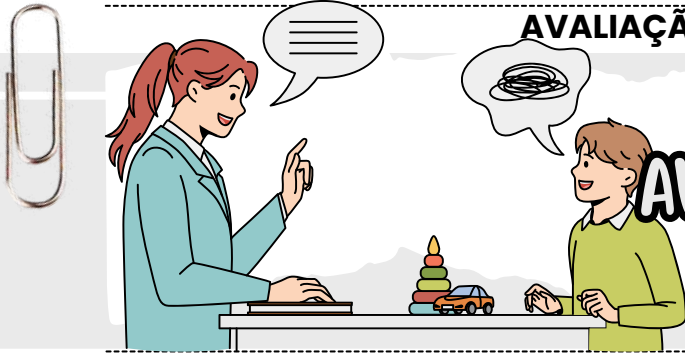
(_) Ressalta que o conhecimento está fora do sujeito e é interiorizado através dos sentidos, ativado pela ação física e perceptual.

(_) Enfatiza que o sujeito é concebido como uma tábula rasa, sendo preenchido pelas experiências que tem com o mundo. Sendo assim, o aprendiz é alguém que vai juntando informações.

- A) C - C - E.
- B) E - C - C.
- C) C - E - E.
- D) E - C - E.

DICA

AValiação EDUCACIONAL



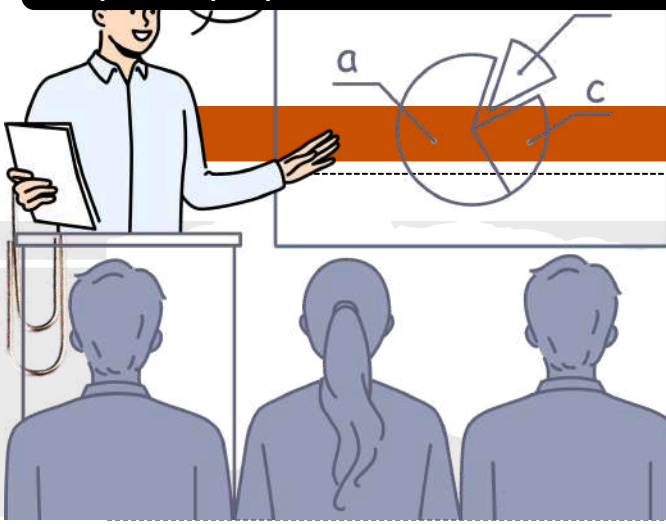
AValiação EDUCACIONAL

O que é avaliação educacional?

É um **instrumento pedagógico** essencial que permite acompanhar o desenvolvimento do aluno, identificar dificuldades, reorientar práticas docentes e promover uma aprendizagem mais significativa.

Principais tipos de avaliação:





DICA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

➔ O **Projeto Político-Pedagógico** é o documento que expressa a identidade da escola, ou seja, quem ela é, o que pretende formar, como pretende ensinar e por quê.

Político: porque reflete um compromisso com a formação cidadã e com a transformação da realidade social.

Pedagógico: porque organiza o processo de ensino-aprendizagem com base em concepções pedagógicas.

Coletivo: é construído por toda a comunidade escolar – professores, direção, alunos, pais e funcionários.

Por que o PPP é importante?

- ✓ Garante **coerência** entre o que a escola diz (teoria) e o que faz (prática).
- ✓ Define **valores, objetivos e metas claras**, alinhadas ao contexto social e às diretrizes educacionais.
- ✓ Fortalece a **identidade institucional** e a **autonomia da escola**.
- ✓ Estimula a **participação democrática** e o **senso de pertencimento da comunidade**.
- ✓ Direciona as **ações pedagógicas, administrativas e avaliativas**.

🎯 Dicas de prova:

Atenção: documentos que se confundem com o PPP (mas não são!)

- O **PPP define o projeto educacional** da escola **como um todo** – sua missão, visão, valores e estratégias.
- O **Regimento Escolar** organiza as normas de funcionamento, direitos e deveres da comunidade escolar.
- O **Plano de Ensino** é o planejamento do professor para um componente curricular específico ao longo do ano.
- O **Plano de Aula** é o roteiro de uma aula específica, com objetivos, conteúdos e metodologias.

DICA

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE

PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO - PNE



A cada **2 anos**, o INEP deve publicar estudos para **medir o cumprimento das metas**, com dados por ente federado.

✿ Art. 13 – Criação do Sistema Nacional de Educação (SNE)

Em até **2 anos após o PNE**, o governo deve propor, por lei, o SNE, para organizar a colaboração entre os entes e dar suporte à execução do plano.

Avaliação da Educação Básica

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) será usado para orientar políticas públicas.

Indicadores produzidos **no máximo a cada 2 anos**, com base em provas e dados do censo escolar;

IDEB será um dos **índices**, mas os dados devem ser também **divulgados separadamente**;

Resultados serão **organizados** por **escola, rede, estado e país**;

O INEP é responsável por esses indicadores.

ART. 7º – REGIME DE COLABORAÇÃO

União, estados, DF e municípios devem atuar juntos para cumprir o PNE.

- **§ 1º:** Os gestores têm responsabilidade direta no cumprimento das metas.
- **§ 2º:** Estratégias podem ser complementadas por ações locais.
- **§ 3º:** Os sistemas de ensino devem acompanhar localmente as metas.
- **§ 4º:** Garantia de respeito a especificidades étnico-educacionais com consulta prévia às comunidades.
- **§ 5º ao § 7º:** Criação de instâncias permanentes de cooperação e pactuação entre os entes, inclusive por arranjos de desenvolvimento da educação (ADEs).

✿ **Muito cobrado:** a ideia de regime de colaboração aparece sempre! Memorize como palavra-chave e relacione com respeito às **diversidades** e com a **efetivação** local do PNE.

DICA

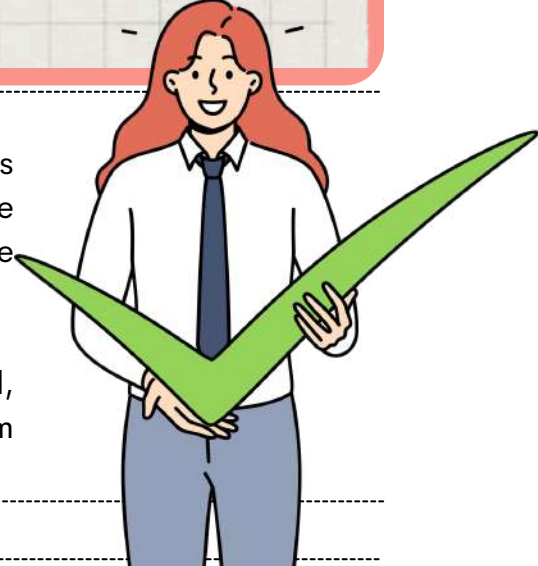
PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

O QUE É O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)?

O Que é o Estatuto da Criança e do Adolescente?

O ECA foi criado com o propósito de **garantir** e **proteger** os **direitos** das **crianças e adolescentes** no Brasil. Ele reconhece crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos, ou seja, têm direitos iguais a qualquer outro cidadão.

O ECA visa assegurar seu **desenvolvimento integral**, cuidando não só da sua proteção física, mas também emocional, educacional e cultural.



Princípio da **Prioridade Absoluta** (Art. 4º do ECA)

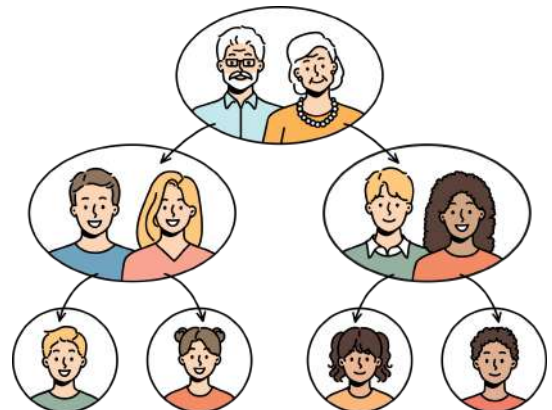
O que é isso?

O Princípio da **Prioridade Absoluta** é um conceito fundamental no ECA. Ele afirma que os direitos das crianças e adolescentes devem ser atendidos com **prioridade** em relação a outros direitos. Em outras palavras, quando houver recursos limitados ou decisões a tomar, o bem-estar da criança e do adolescente sempre terá prioridade! 🤔😊

EXEMPLOS DE PRIORIDADE:

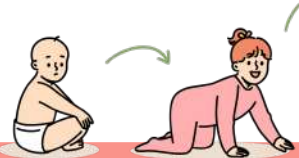


FAMÍLIA:
Deve garantir a **educação** e **proteção** da criança.



ESTADO:
Deve criar **políticas públicas** e **investir recursos** para atender as necessidades dessa faixa etária.

Esse princípio reforça que a **criança** e o **adolescente** são **prioridade absoluta** na vida da família, do estado e da sociedade!



DICA

CRIMES DO ECA E COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

CRIMES DO ECA

Competências e Responsabilidades III

O ECA define que a **proteção dos direitos das crianças e adolescentes** é um **dever coletivo**, ou seja, envolve **família, sociedade e Estado**. A família tem um papel primário, mas as responsabilidades são compartilhadas.

O ART. 4º DO ECA DIZ:

- A **prioridade absoluta** dos **direitos da criança** e do **adolescente** deve ser garantida.
- O **Estado**, a **sociedade** e a **família** devem assegurar:



O DIREITO À **SAÚDE**, À **EDUCAÇÃO**, AO **LAZER**, À **CULTURA** E À **CONVIVÊNCIA FAMILIAR**.



GARANTIR A **SOBREVIVÊNCIA** E O **DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL** DE CADA CRIANÇA E ADOLESCENTE.



A **PROTEÇÃO** CONTRA TODA **FORMA DE VIOLÊNCIA** E **EXPLORAÇÃO**.

Atuação do Ministério Público, Defensoria Pública e Judiciário na Garantia de Direitos 🗣️👩⚖️👨⚖️

- Esses órgãos têm papel fundamental na proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes.

- **Ministério Público (art. 129, CF):** Atuam em defesa dos direitos da criança, podendo intervir judicialmente e denunciar qualquer violação de direitos.
- **Defensoria Pública (art. 134, CF):** Garantem o direito de defesa de crianças e adolescentes em situações de ameaça aos seus direitos.
- **Judiciário:** O Judiciário é responsável por decidir sobre casos que envolvem abusos, violência e violações dos direitos da criança, aplicando as medidas protetivas.



DICA

SUPERVISÃO, ORIENTAÇÃO E INSTRUMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS

DIAGNÓSTICO ESCOLAR E DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES



O QUE PRECISAMOS SABER?

O diagnóstico escolar é a etapa que permite compreender a realidade da escola antes da tomada de decisões. A banca costuma cobrar esse tema como base do planejamento educacional, pois nenhuma ação institucional deve ser definida sem análise prévia de dados, necessidades, recursos, dificuldades e resultados.

O **DIAGNÓSTICO ESCOLAR** tem como objetivo **compreender a realidade da instituição** de forma estruturada e fundamentada. Ele possibilita **identificar dificuldades de aprendizagem, necessidades administrativas e demandas pedagógicas**, além de avaliar as condições gerais de funcionamento. Esse processo fornece uma visão clara da situação da escola, servindo como base para decisões mais assertivas.



A **COLETA DE INFORMAÇÕES** consiste no **levantamento de dados relevantes** sobre o cotidiano escolar, como frequência, desempenho dos alunos, avaliações e participação da comunidade. Também **inclui aspectos estruturais, como recursos disponíveis** e espaços pedagógicos. Esses dados permitem construir uma visão concreta e objetiva da escola.

A **ANÁLISE DOS PROBLEMAS** ocorre após a coleta de dados e envolve a interpretação das informações obtidas. Nessa etapa, são **identificados os principais desafios que impactam o processo educativo**, considerando sua gravidade e frequência. Esse momento transforma dados brutos em **informações úteis para a tomada de decisão**.



A **DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES** consiste em selecionar os **problemas mais relevantes para intervenção**, com base em critérios como urgência, impacto pedagógico e viabilidade de solução. Esse processo **evita dispersão de esforços e direciona as ações** para questões que realmente comprometem a qualidade do ensino. Assim, a gestão se torna mais eficiente e estratégica.

O diagnóstico está diretamente ligado ao planejamento, pois orienta a definição de metas, estratégias e ações a serem implementadas. Um diagnóstico bem elaborado garante que o planejamento seja realista, coerente e alinhado às necessidades da escola.

DICA

SUPERVISÃO, ORIENTAÇÃO E INSTRUMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS

NEURODESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO



O QUE PRECISAMOS SABER?

Os transtornos do neurodesenvolvimento podem impactar aprendizagem, comunicação, atenção, comportamento, interação social e organização escolar, exigindo da escola uma atuação inclusiva, acolhedora e articulada. A banca costuma cobrar esse tema pela relação entre saúde mental, inclusão, problemas de aprendizagem, diagnóstico diferencial, estratégias pedagógicas e rede de apoio.

Os **TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO** envolvem **condições que impactam o desenvolvimento de habilidades essenciais**, como comunicação, atenção, aprendizagem e interação social. Essas características podem influenciar o desempenho escolar e a participação do estudante. A **abordagem educacional deve considerar essas especificidades, promovendo apoio sem rotulações ou estigmatização.**

A análise das dificuldades apresentadas pelo estudante deve considerar múltiplos fatores, evitando conclusões precipitadas. **Aspectos pedagógicos, emocionais, sociais e familiares podem influenciar o comportamento** e a aprendizagem. A avaliação cuidadosa permite **identificar melhor as necessidades e orientar intervenções** mais adequadas.



A **INCLUSÃO ESCOLAR** envolve garantir que todos os estudantes tenham **acesso efetivo às oportunidades de aprendizagem e participação.** Isso requer adaptações e práticas que respeitem as diferenças individuais. O objetivo é **promover equidade no ambiente educacional, assegurando o desenvolvimento de cada aluno.**

As estratégias inclusivas buscam **adaptar o ensino às necessidades dos estudantes**, utilizando recursos variados e flexibilização das práticas pedagógicas. O **planejamento deve ser colaborativo e considerar o ritmo e as características de cada aluno.** O acompanhamento contínuo permite ajustar as ações conforme necessário.



O acompanhamento do estudante é fortalecido quando há **integração entre escola, família e serviços de apoio.** Essa articulação possibilita um cuidado mais completo e coerente com as necessidades identificadas. A atuação conjunta **contribui para melhores resultados e continuidade no processo educativo.**

CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso do **MP/GO!**


Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação.**

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.ai**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2026?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)



Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA

Obstáculo é aquilo que você vê quando tira os olhos do seu **propósito.**

→ [Acesse nosso Instagram](#)